

COIRO & PELAME

Aspectos antigos em São Paulo

FRANCISCO RODRIGUES LEITE

INTRODUÇÃO

Há coisas que nem por ditas e reditas se gastam de todo, verdades palmares que não sendo obviamente nem segredo nem novidade nada perdem com sua reafirmação. Uma delas, é a que diz ser desde o mais remoto passado a pele de animal uma serventia para o homem, traduzida nos mais variados proveitos. Não estando em causa requisições mais diretamente instintivas, não se falando de voracidade, de pele tragada com nacos de carne, ossos, e cartilagens, muito há que se considerar. Vestuário, moradia, mobiliário, vasilhame, meios de transporte, equipamento de trabalho, em suas diversificações, riqueza de formas e extensão de gama resumem tópicos de sua aplicação. No entanto, a transformação da pele em couro, sem o que não se lhe poderia apontar um papel tão prestante, resultou, como em demais conquistas humanas, de uma longa trajetória, de um longo aprendizado, laboriosamente feito numa rotina semi-automática, por vezes à revelia da consciência. Desdenhável que se afigure como conquista, seu caráter de aquisição, de algo que não é dado com a natureza humana, que não deriva espontaneamente de sua afirmação, póde ser mostrado por um simples fato: grandes contingentes da raça humana ficaram alheios a ela, como se evidencia pelo gentio do Brasil. Se ainda hoje isso ocorre com seres orgulhados em formas primitivas de vida, em contrapartida, até onde chegam documentos no passado mostram eles o emprêgo do couro, como coisa assentada e como prática corrente.

Sacrificado o animal, destacada ou não que fôsse dêle, a pele entraria em decomposição. A putrefação era o caminho para o nada. Manter, pois, a integridade, só com embargo a êsse curso, o que equivalia a tornar a matéria imputrescível. Entrevisto que fôsse de algum modo o problema, alguma porta se abria para a solução. O que se deu, nêsse sentido, foi tão feliz, que a se falar de um eterno com relação às coisas humanas, o orgânico teve sua duração quasi convertida à escala do inorgânico. Em condições propicias de umidade, calor, compressão, atrito, distensão, arredada que ficasse a ação daninha do homem e do animal, a pele preparada, convertida em couro, teoricamente poderia competir em duração com a pedra. A comprovação do êxito não seria estranha a que, nos meandros mentais do *homo antiquus*, medrasse a idéia tão confortadora da auto preservação sob uma carcassa, a múmia. Essa, porém, é uma outra história, ou antes, a história de uma outra pele. Voltando àquelas peles, muitas delas se podem contemplar hoje em dia, em salas de museus, como atestado da perenidade fabricada (Fig. I). Algumas, mais que testemunhas do engenho que sustou sua desintegração, exprimindo na estilística peculiar evolados ansêios de formosura ⁽¹⁾.

Impedir apenas a debacle, deter o processo nilista, garantindo à pele a permanência no plano estrito da rigidez, à lá múmia, seria nada mais que um desserviço. Para se acomodar ela aos mais variados usos, para atender a requisitos diversos de forma e de função, necessário se fazia que, ao invés de estagnação, de chapamento na imobilidade, ao tecido morto se conferissem qualidades de tecido vivo, como sejam flexibilidade, elasticidade, maciez, plasticidade. Os processos que levaram a êsses resultados à rigôr pouco têm variado nos milênios de civilização, prendendo-se as variações mais a peculiaridades regionais, ou de ambiente, mais a fauna e a recursos naturais do que propriamente a uma técnica, sendo também de se notar que os modernos conhecimentos quasi nada mais fizeram que ajustá-los aos rendimentos da máquina. ”

(1) "... the fineness of that (leather) employed for making the straps placed across the bodies of mummies discovered at Thebes, and the beauty of the figures stamped upon them, satisfactorily prove the skill of the "leather-cutters" and the antiquity of embossing; some of these bearing the names of Kings who ruled Egypt about the period of the Exodus, or 3.300 years ago..." (J. Gardner Wilkinson, "The Manners and Customs of the Ancient Egyptians", Boston, 1883, Vol. II, pág. 185)

Não entra em nossa esfera, nem se impõe na conjuntura, o exame das transformações bio-químicas que se passam com a pele até sua conversão em couro. As contingências mesmas de sua moderna produção, da tecnologia correlata, não se capitulam no âmbito do trabalho. Apenas alguns itens de interesse histórico, e principalmente aqueles que, dizendo respeito à vida do país, mais diretamente se prendam à história de São Paulo em seus primeiros tempos, é que serão abordados. Nêsse espírito, para firmar posição sômente, apontamos certas operações e certos cuidados que, inerentes a um processo, com maior ou menor consciência do que representavam, sempre estiveram presentes nos quadros da produção mais elementar.

De início, tudo gira em torno de uma questão muito simples. Não tóda a pele, unicamente uma sua camada, o derma, é que, isolada de outros componentes e submetida à ação mais ou menos prolongada de certas substâncias, passa por modificações químicas de que resulta o couro. Explicam os autores que o campo das modificações é o do tecido conjuntivo gelatinoso, e que os agentes usuais têm sido sais de ferro, de cromo, alumen, isso no plano mineral, derivando-se do mundo vegetal a riqueza de substâncias tânicas aplicadas com o mesmo fim e encontráveis em grande número de espécies. Na rotina dos trabalhos e dos dias, sem suspeitar de qualquer conhecimento classificado, o camponês europeu ou o colonizador americano, o egípcio sedentário ou o nômade do deserto souberam encontrar o mesmo tanino em plantas diversas, para com êle curtir suas peles ⁽²⁾.

Ao redor dêsse núcleo central, precedendo-o, vindo em seguimento a êle, desdobravam-se outras atividades, intrinsecas ou não, de preparação ou de remate. Não indo além do essencial, ficando naquilo que fazendo parte obrigatória do processo, encontra-se em manifestações de nosso passado, temos como operações: Retirar a pele do animal, a que se chamou também esfolar; retirar o pêlo, depilação ou depilagem; conservar, provisoriamente, por secagem ao sol, salgadura, etc.; escarnar, ou remover restos de carne

(2) Para egípcios e árabes, vide J. Gardner Wilkinson, "The Manners and Customs...", cit., págs. 186 a 190; para o colonizador americano, Edwin Tunis, "Frontier Living", World Publ. Press, Cleveland and New York, 1961, pág. 30.

da parte interna da pele; macerar, imersão da pele tornada seca, em água, para remoção de sangue e detritos estranhos como sujeira, barro, excrementos, etc.; engraxar com sêbo ou cêra, para conservar e dar maciez, etc.

Nessas diferentes fases, quando se tratava de ficar a pele em líquido, eram usados tanques maiores ou menores, vasos, cubas, de pedra, de madeira, de couro mesmo. A ordem das operações podia variar, o trabalho de limpeza podia ser mais ou menos rigoroso, o mesmo se dar com a integridade da pele e com o desbaste carnosos, mas uma certa acurácia sempre foi procurada no curtimento propriamente dito, à base de um mínimo de contacto entre a pele e as substâncias modificadoras.

COURO E CURTIMENTO

1 - Processos e materiais

O naturalista Saint-Hilaire, não um tipo daqueles sábios confinados em sua ciência e em suas coleções, observador arguto que era, além do mais dotado de grande simpatia humana, em suas viagens pelo interior do Brasil mostrou-se sempre atento ao modo de viver da população. Se fatos menos expressivos chegaram a prender sua atenção, não lhe iria escapar uma atividade como a produção de couro, que longe estava de circunscrita a uma região do país. Quanto a isso, em lugar de um caso isolado, preferiu, numa síntese, mostrar como se procedia em toda uma área no interior de Minas Gerais, a que chamou de Sertão. A rotina, segundo ele, era mais ou menos esta: o fazendeiro ou o pequeno proprietário que ia preparar couro, depois de escarnar e limpar a pele, fazia como os demais e cuidava de retirar os pêlos. A depilação já implicava em permanência da pele num tanque qualquer, muitos usavam para isso recipientes de madeira, troncos excavados conhecidos por côchos. Ou por escassez de árvores adequadas, ou por abundância de peles, acontece que os recipientes eram também feitos com próprio couro do bovino. Sustentado em quatro estacas, de modo a se conformar em bolsa, tinham muitos fazendeiros, nesse dispositivo simples, conhecido como *banguê*, um sucedâneo perfeitamente satisfatório que dispensava os côchos ou qualquer outro tipo de tanque.

Quando era então este o caso, assim continuava o trabalho. A uma quantidade de água posta no banguê adicionava-se cinza de certas plantas taníferas, afim de que a lixivia alcalina resultante da infusão atuasse como desligador da epiderme, ao mesmo tempo em que aí se colocava certo número de peles. Diariamente, durante seis dias eram elas então revolvidas, reviradas, no fim de cujo tempo todo o pêlo acabava por se destacar. Seguia-se lavagem das peles, uma de cada vez, de preferência em água corrente, com que se removia todo e qualquer resto de cinza aderido. Mais um dia de mólho, agora em água pura, as deixava intumescidas e em condições de passar ao verdadeiro curtimento. De nôvo entrando em cena o banguê, era ele forrado de uma camada de cascas portadoras de tanino, sôbre que se estendia uma pele. Nôvo contingente de casca, nova pele por cima e assim, alternadamente, enchia-se o recipiente até seu limite de carga. Até se completar o curtimento iam dois a três meses, em cujo tempo se costumava renovar o estoque de casca e se iam mudando as peles de posição, de voltadas para baixo para outro sentido, as do fundo para cima e vice-versa. Completado o estágio, pronto afinal o couro, nova lavagem agora o livraria de resíduos de tanino. Seguiam-se operações complementares, esticamento, surramento, de nôvo esticamento e secagem. Não deixava Saint-Hilaire de acentuar a existência de outros procedimentos, pois mesmo o método delineado não era seguido do mesmo modo por todos, deixando alguns os couros mais tempo mergulhados em água, outros na cinza, e assim por diante (3).

Correspondendo ao primeiro quartel do século passado, o que diz Saint-Hilaire valia para uma zona que, a grosso modo, abarcava o norte de Minas e o sul da Bahia. Se ali mesmo ocorriam variações é de se presumir que a maior distância, tanto no espaço como no tempo, fossem elas mais acentuadas. Será de interesse, portanto, verificar-se a mesma atividade num ponto do país bastante ao norte, no Ceára, já neste século, se bem que com características de tempo anterior. Num trabalho sôbre assunto pastoril, o autor assim focalizava o preparo do couro: "Ainda hoje é exercida a indústria do curtume em quasi todo o Estado, sendo para

(3) Augusto de Saint-Hilaire, "Viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1938, Vol. II, pág. 276.

êsse fim utilizada a casca do angico com ótimos resultados. O processo usado é o seguinte: os couros, cortados ao meio, depois de amolecer dentro d'água durante um dia, são cobertos de camadas de cinza ou cal e colocados dentro de tanques cheios d'água. A cinza ou cal e a água são mudadas de dois em dois dias e no fim de oito dias retira-se o cabelo do couro com certa facilidade. Os couros ficam ainda um dia de molho para se limparem da cinza, antes de serem submetidos ao processo de curtimento". Tratava em seguida do angico, planta encontradilha em todo o estado, e descrevendo o modo de se extrair sua casca, prosseguia: "Depois de secada ao sol, a casca é pisada e quebrada em pequenos pedaços. Bota-se cêrca de um e meio metro cúbico da casca dentro de um tanque com água durante quatro dias para preparar a *golda*, na qual se deixam os couros curtir durante 15 dias, repetindo-se êsse processo por duas vêzes de oito em oito dias" (4).

Num estudo mais recente, de 1926, referente à Bahia, a produção de couro nêsse estado é vista por dois aspectos principais, o de grande e o de pequena indústria e que, pelo ângulo da técnica, são chamadas pelo autor, maquinofatureira a primeira, manufatureira a outra. Naquela, quando não predominando, já se notava infiltração da técnica moderna, ora nos métodos e no material de curtimento, ora na maquinaria, na provisão de energia, etc. A pequena indústria, muito disseminada, com fornecer excelentes produtos, assentava-se porém em processos rudimentares. Numa sùmula, o retrato de cada uma: "Êsse tipo de curtume póde ser descrito com poucas palavras: à margem ùm rio dois pequenos galpões cobertos de palha: no primeiro um tanque cavado no chão contendo água de cinza, no segundo, maior e de construção um pouco mais sólida, alguns tanques cimentados contendo a *golda* de *angico*. O processo empregado também se resume em depilar o couro na solução de cinza, raspá-lo, descarná-lo e lavá-lo no riacho; alguns dias na *golda*, secagem ao ar livre e nada mais. Não empregam extratos, agitação, acidificação prévia, engraxe, clarificação, cilindragem e tantas outras operações ditadas pela técnica moderna. Há operações que são perfeitamente dispensáveis, a clarificação por exemplo, pois, o

(4) Ildefonso Albano, "A Pecuária no Ceará", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1918, pág. 43.

curtidor hábil consegue fazer um couro de coloração muito clara e agradável à vista. Esses curtumes não dispõem nem de moinho para triturar as cascas taníferas; esse serviço é feito à mão, pilando a casca entre duas pedras. Nos tipos mais primitivos o tanque é uma reentrância nas lages de pedra que afloram constantemente na região sertaneja" (5).

Do transcrito, ou do referido, se póde dar ênfase à diversidade, àquilo que se apresenta como dispar, singular. Por exemplo, só num lugar se alude ao amolecimento do couro. No entanto, era êsse um procedimento usual, a que em geral se recorria quando, conservada provisoriamente por secagem ao ar, ao sol, a pele ia ser abrandada, para depilação, ou para se completar o curtimento. De modo que omissão, meneios descritivos diferentes nem sempre traduzem lacunas ou diferenças de prática. Mas ainda que o fôsse, ainda que certos tópicos correspondessem a diferenças reais, uma base comum se haveria de encontrar. Assim é que, além da cal empregada na depilação; além de trituração na casca; além de tanques afeiçoados a peculiaridades do terreno; além de estágio maior ou menor das peles na infusão; além de variações e modalidades de técnica, certas constantes se destacam, a saber: submissão da pele à lixivia, depilação, emprêgo e renovação de cascas taníferas e a propósito dêste ponto, o emprêgo do *angico*.

Expressamente nomeado nos dois casos da Bahia e do Ceará, acentue-se agora o caráter de denominador comum do *angico*, pois a êle também se referia Saint-Hilaire quando tratava do couro no Sertão. Para a infusão de curtimento, a *golda* dos autores nomeados, além do *angico*, recorria-se ao *barbatimão*, à *canafistula*, ao *murici*. A propósito, cabe indagar se outros vegetais, e quais, tinham a mesma aplicação. Registrando-se o lembrête, passemos a outras considerações.

Quando o assunto em foco é couro, uma parte do país não póde ser omitida, o Rio Grande do Sul. Atendo-nos à região missioneira de há quasi trezentos anos, boa idéia de seus rebanhos, da abundância de seu gado a solta se

(5) S. Fróes Abreu. "Informações sobre a Indústria do Couro na Bahia". Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1926, págs. 23 a 24

tem no padre Sepp, quando dizia que para alimentar uma redução de índios, ele e companheiros em poucas horas juntaram 50.000 cabeças. Observando que, em três navios apenas, tinham seguido para a Espanha 300.000 couros, exclusivamente de touros, pois os de vaca eram desprezados, comentava: "Aqui um couro sai a 15 kreuzer, que vem a ser o salário para o serviço de tirá-lo. Na Europa, no entanto, em qualquer parte, vende-se um couro de boi como este por seis e mais Reichstaler. Daí poderá o benévolo leitor mais uma vez fazer nova conta, calculando o lucro indizível que os espanhóis tiram só do couro. São as verdadeiras minas de ouro e prata de Sua Majestade Real" (6).

Não é necessário demonstrar o que se tornou proverbial e óbvio, isto é, a abundância das manadas, o mar de gado em que se converteram as coxilhas, de sorte que, se não existisse, bem que ali se poderia ter gerado o mito da cornucópia. Nem sempre e para tudo vai se encontrar nos números a melhor força expressiva. Quanto a isso, diz mais do desmedido aquêle costume de se abater a rês por um requinte, pelo sabor da carne tenra do nonato (7); ou então, quando com a mesma largueza e a mesma indiferença ao desperdício, o peão só buscava seu naco preferido (8).

Mas se aquêle critério seletivo de Sepp — couro, só de pele de touro — não era circunscrito a uma área, certamente que terá desandado, por isso que a indiscriminação mais tarde imperante iria ser alvo de censura: "Nos gados há outra grande desordem: quando querem fazer uma porção de couros, mata-se indistintamente todo o gado que pôde

(6) Pe. Antonio Sepp, S. J., "Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos", Liv. Martins Editora, São Paulo, 1943, pág. 131.

(7) "... ordenei-lhe (ao Governador) mais que evitasse um abuso, ou mau costume que há naquele Continente; que consiste em terem uma grandíssima paixão aquelas gentes de comerem o que chamam terneiros, que são as crias que estão no ventre das vacas; assim os lavradores, como os particulares, em tendo seus convites, festa, ou ainda sem esta ocasião, abrem uma vaca que está naquelas circunstâncias, tiram a cria de dentro para a comerem; morre a vaca sem quase lhe aproveitar nada, e da cria pouco ou nada se aproveitou, e dêste modo, se perdem as vacas, e se diminui a produção" (Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o Governo a Luiz de Vasconcelos e Sousa, que o sucedeu no Vice-reinado, 1779, em João Armitage, "História do Brasil", Rio de Janeiro, 1943, págs. 360 a 361).

(8) Falando de guia charrua no Sul e seu modo de se prover de alimento: "... ao cair da noite, atravessando os campos cheios de rebanhos pastando em liberdade, ele pega um boi a laço e, depois de matá-lo, corta um pedaço do filé, que envolve num naco de pele ainda quente, abandonando o resto do animal às feras" (Jean Baptiste Debret, "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", Liv. Editora Martins, São Paulo, 1940, tomo I pág. 48).

ser necessário para completar o número de couros que querem, assim bois, vacas, como bezerros, que ainda não estavam em idade de poderem dar grande utilidade" (9). Esses couros eram em geral encaminhados para o mercado externo, recebendo aqui apenas um beneficiamento provisório, a secagem ao sol e, quando muito, uma parte deles, salgadura; só na Europa, para onde em maioria se destinavam, recebiam, através do curtimento, o estatuto legítimo de couro. É nesse estado de semi-preparação que, em fins do século 18, abasteciam também o mercado limitado do Brasil. No correr de 1799, por exemplo, davam entrada no Rio de Janeiro, para suas "135 lojas de sapateiros", assim como para mais "34 lojas de seleiros", nada menos que 170.886 "couros em cabelos do Rio Grande" (10). É sabido que a elaboração completa do couro não só iria ser feita nessa parte do país, mas, numa escala crescente surgiriam curtumes, proliferariam eles em muitos lugares, concentrar-se-iam em determinadas zonas, ganhando renome como os de São Leopoldo. Liga-se ainda hoje tal melhoramento em grande parte ao influxo de correntes imigratórias, cuja contribuição aliás ninguém pensa desmerecer. Mas que antes delas já se davam passos para a frente é inegável e é o que mostra outro depoimento de Saint-Hilaire.

Indo de Torres, e mais ou menos a meio caminho entre Tramandaí e Pôrto Alegre, em 1820, foi ele encontrar a estância da Boa Vista, pertencente ao Barão de Santo Amaro. Predominantemente pastoris, as propriedades dêsse tipo, ainda as de maior importância — como essa do ex-secretário do Conde da Barca — dispensavam normalmente número elevado de braços para tocá-las. Por isso o que logo impressionou o viajante foi a quantidade de escravos em serviço, nada menos que 80 só na construção de um curtume. Ao que soube depois, não se tratava de um contingente destinado só para a emergência: findas as obras, estava previsto, iriam todos se ocupar na própria produção. O dado em si já seria significativo, permitindo entrever uma indústria de padrão diferente do que comumente se via no Brasil de então, em que o curtimento era costumeiramente fruto de um produtor isolado. Mas é melhor que fale o natura-

(9) Relatório do Marquês de Lavradio..., cit., pág. 360.

(10) Antonio Duarte Nunes, "Almanaque Histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, ano de 1799", in RIHGB, Tomo 21, págs. 170 e 172.

lista: "Ativa-se no momento a construção do curtume, colocado ao pé da colina, de modo a ser bem dotado de água. A parte iniciada demonstra, por sua grandiosidade, a importância que vai ter o estabelecimento. Colunas de madeira sustentam o belo engradamento do telhado, que abriga o tanque, medindo duzentos e cinquenta pés de comprimento por cento e cinquenta de largura ". E logo adiante: "Em nenhuma outra região brasileira seria tão acertada a instalação de um curtume, dada a abundância dos couros e facilidade do mercado. Aqui um couro de boi não custa mais de 3 patacas, e o de vaca 2 patacas. É curioso o preconceito aqui notado de se usar éguas como montarias, e, sendo abundantes êsses animais, seu preço não sai além de pataca e meia. Por isso o Barão adquire-os para esfolá-los, curtindo o couro e fabricando sabão com o sêbo". José Egídio, o Barão, para maior êxito no empreendimento, não descurara lados importantes, por exemplo, seleção na mão de obra. Seus trabalhadores não eram escravos arrebanhados sem critério, escolhera negros minas, conhecidos e reconhecidos por qualidades de inteligência e operosidade. Para misteres mais específicos mandara vir de França operários especializados, capitaneados por um ex-curtidor de Paris. Achando-se êste, que atendia por Gavet, há um ano no país, vinha se entregando a experiências no campo e no momento parecia ter opção firmada: "Para curtir os couros emprega casca de *mangue*, importada dos arredores de Santos. Informou-se que essa casca contém 1/6 de tanino, permitindo o preparo do couro em menos de 15 dias" (11).

Afora os aspectos avançados da iniciativa que, prenunciando, de fato precedia o surto posterior de estabelecimentos congêneres, é de se notar a referência ao *mangue* importado de São Paulo, bem como a suas qualidades para a produção. Por êsse tempo, em outra parte do Brasil, na Bahia, o *mangue* era também aplicado em curtimento. É o que nos mostra outro sábio europeu, Martius. Dessa planta marinha, afeiçãoada aos esteiros e às partes lodosas onde a terra se confunde com o mar, dizia êle distinguirem os brasileiros duas variedades, o *mangue branco* (*Avicennia nítida*, tomentosa e *Conocarpus erecta*, L.) e o *mangue vermelho* (*Rhizophora mangle*, L.). Afirmando indistintamente

(11) Augusto de Saint-Hilaire, "Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939, págs. 41, a 43.

que “a casca do mangue, por conter muito tanino, é de importância para o curtidor”, não ocultava a preferência deste pela última categoria, deixando transparecer como razões da inclinação questões de praticabilidade: enquanto a casca do primeiro além de fina se fragmentava demais na extração, o segundo dava talhadas espessas e robustas. “Dá piores pedaços de casca fina” é, aliás, como o naturalista dizia do *mangue branco*. Na realidade, a atribuição de um melhor ou de um pior a uma ou a outra das espécies, talvez não tivesse muito que ver com redução a pedaços ou a partículas deste ou daquele tamanho, embora não se excluísse o rendimento extrativo, isso porque a trituração maior da casca era até reputada coisa proveitosa. A porcentagem de tanino, mais alta no *mangue vermelho*, o que análises muito posteriores evidenciariam, isso sim, é que por via empírica teria levado o curtidor a um juízo de qualidade. O material consumido na Bahia ia todo de Camamu, ao sul, e se bem que o informante não precise de que espécie era a casca, infere-se que da preferida. Entende-se também que havia alguma regularidade no transporte marítimo. Por sinal, quando Martius fazia o mesmo trajeto de ponta a ponta, viveu uma experiência que achou digna de registro. A certa altura da viagem, desabando um temporal, ele e companheiros tiveram de deixar a coberta pelo porão; o pouco tempo que ali ficaram bastou para quasi deixá-los sufocados, tão fortes eram as emanções das cascas, em boa parte putrefatas. E não foi só isso, as moedas que traziam nos bolsos oxidaram-se prontamente ⁽¹²⁾.

Virtudes e usos do *mangue* eram também assinalados mais ao norte, em Pernambuco. Numa descrição de Koster se vê a planta avassalando as margens do Capibaribe, como que na fúria de uma praga. Distinguindo, outrossim, duas espécies, o *mangue vermelho* e o que chamava *mangue bravo*, ocupava-se mais daquele, frisando seu conteúdo de tanino, assim como outras demais serventias: “a madeira é muito estimada para vigas e barrotes de construção, mas não é empregada nos postes porque a parte enterrada apodrece rapidamente, nem nas cercas porque se deteriora com facilidade, exposta ao ar livre. Existe um comércio considerável de Itamaracá e de outros lugares para o Recife, com essas

(12) Spix e Martius, “Viagem pelo Brasil”, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, Vol. II, págs. 353 a 355.

plantas, consumidas como combustível. A árvore cresce mesmo depois de cortada e se as raízes não foram ofendidas, desenvolvem-se com tal velocidade que suprirá qualquer necessidade de lenha no correr do tempo”, e ainda: “As cinzas dos mangues são usadas para “temperar” a calda do açúcar” (13).

A volta para o sul permitirá o encontro de outro viajante contemporâneo, o príncipe Maximiliano, quando seguia de Mucuri para a costa, pelo Peruibe: “Navegando-se para Caravelas, a margem é inteiramente coberta de mangues, cuja casca é de grande uso em curtume, sendo exportada com esse objetivo para o Rio de Janeiro. Um curtidor desta cidade mantém uma porção de escravos, em Caravelas, só para tirar e secar carregamentos inteiros de casca de mangue. Uma grande embarcação veleja constantemente de um ponto para outro, transportando a casca e é, por isso, denominada “casqueiro”. Há diversas cascas de mangues para curtume, porém, prefere-se a casca do mangue vermelho” (14).

A existência de organização, para coleta e transporte regular de material tanífero, está relacionada com um mercado consumidor de certa importância. Em fins do século 18, o Rio de Janeiro já apresentava grande número de oficinas em que a matéria prima obrigatória era o couro. Em começos de seus noventa as sapatarias se contavam em 111 e as selarias em 28, passando no fim do século como se viu atrás, as primeiras a 135 e as outras a 34. (15). Admite-se que parte desse couro entrasse elaborado: da Europa, certos couros especiais; mas também da Bahia e do sul, o que não eliminava preparação local, sem que não teria sentido aquelas entradas de couro cru do Rio Grande há pouco referidas, afora contingentes de Caravelas como de Santos (Fig. II).

Santos, ou melhor, seu lagamar sempre foi muito rico em mangue, fôsse o *mangue vermelho*, fôsse o *branco*. No plano prático, como ficou entremostrado, as qualidades do

(13) Henry Koster, “Viagens ao Nordeste do Brasil”, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1942, págs. 377 a 378.

(14) Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied, “Viagem ao Brasil” Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1940, pág. 176.

(15) “Almanaques da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794”, ABN Vol. LIX, págs. 281 a 282 e 348; Antonio Duarte Nunes, “Almanaque Histórico...”, cit..

primeiro o tinham guindado na preferência dos curtidores. Conhecido e pôsto em uso na marinha, sem dúvida Saint-Hilaire o teria em mente quando aludia ao *mangue* que de Santos ia para o curtume da Boa Vista. O truncamento na expressão, a forma elidida seria mesmo uma maneira de precisar a coisa, pois, de tão corrente e banal, em assunto de curtume só se entenderia por *mangue* o *mangue vermelho*. Outros elementos justificam a suposição. Falando de São Paulo, dizia Martius: "Empregam para o curtume, aqui, como no Rio de Janeiro, a casca da *Rhizophora mangle*. Os necessários operários são bastante habilitados, embora nem sempre muito aptos, nem profissionais ⁽¹⁶⁾. É verdade que outro viajante, ao descrever a região piratinigana, notava incidência dessa planta à beira de seus cursos d'água ⁽¹⁷⁾. Se de fato se encontrava êsse vegetal no planalto, pouca valia teria no curtimento de "considerável porção de couro" para "criadores abastados", ainda no dizer de Martius. A exploração da casca em nível razoável de produção não se compadecia com depósitos ralos e magros, quando em confronto com a exuberância dêles no lagamar santista.

O *mangue* não era só fonte de tanino. Sob êsse aspecto, desde os primeiros tempos prestava serventia ao colôno, como testemunham Cardim e Gabriel Soares, por quem também se sabe de seus outros benefícios: material de construção, combustível, substância tintorial ⁽¹⁸⁾. Os dois primeiros itens, corroborava-os Koster, acentuando ao mesmo tempo sua coadjuvação na indústria ⁽¹⁹⁾. Dificilmente se excluíriam as mezinhas, naquela farmacopéia da era pré-Chernoviz: "O pó da casca do mangue vermelho é também aplicado em cataplasmas, para revigorar as partes enfraquecidas" ⁽²⁰⁾. A consideração dêsses pontos é capaz de

(16) Spix e Martius, "Viagem pelo...", cit., I, pág. 212.

(17) Gustavo Beyer, "Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de São Paulo no verão de 1813", RIHGPS, Vol. XII, pág. 275.

(18) "... serve de casca para curtir couros...", além de fornecer lenha e tinta (pe. Fernão Cardim, "Tratados da Terra e Gente do Brasil", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939, pág. 83); "... as quais [peles] se curtem com casca de mangues" (Gabriel Soares de Sousa, "Tratado Descritivo do Brasil", 3.ª edição, São Paulo, 1938, pág. 249); lenha para engenhos, caibros para construção (idem, ibidem pág. 250).

(19) Henry Koster, "Viagem ao Nordeste...", cit., pág. 378.

(20) Spix e Martius, "Viagem pelo...", cit., Vol. II, pág. 352; "... a *Rhizophora mangle* produz um extrato empregado no tratamento da lepra e a respectiva madeira... fornece um excelente combustível..." (H. Luederwaldt, "Os mangues de Santos" RMP, Tomo XI, pág. 313).

alentar a idéia de uma coleta intensiva e mais ou menos regular do *mangue* em Santos, a exemplo do que se dava em Camamu e Caravelas, tanto mais que só no plano da exportação, o Rio Grande não seria o único beneficiário de suas cascas, mas ao que outros elementos indicam, o Rio de Janeiro também ⁽²¹⁾. Dúvidas que subsistissem poderiam se dissipar ante outro fato. Pelo menos desde o último quartel do século 18 era o *mangue* comercializado em Santos e, na mercadoria, sob triplice aspecto, incidia tributação. É o que se tem com a “Dissertação” de Cleto, de 1782. Dentre as “fasendas e generos q pagão Novo Imposto” assim se discriminava o artigo por seus ângulos mais comuns de aproveitamento, isto é, combustível, material de construção e material tânico:

“Cada cem paos de Mangue cem rs.	100
“Cada duzia de caibros de Mangue oitenta rs.	80
“Cada arroba de Casca de Mangue, q sahir fora da V.a cem rs.	100 ⁽²²⁾

Dispondo com abundância de matéria prima tão prezada, graças à versatilidade de aplicação, natural seria que Santos preparasse couro em condições favoráveis, de modo a atrair encomendas mesmo de São Paulo. E no século 17 se é ousado falar de curtumes com amplitude que só viriam assumir mais tarde, curtidores havia ocupados com o metier, como indicam inventários de São Paulo ⁽²³⁾. O forte, porém, do assunto consistiria na exportação da casca. Nêsse tempo as cargas, as arrobas “q sahiam para fóra da V.a”, quando ainda não endereçadas ao Rio Grande, o seriam para o Rio de Janeiro e para São Paulo. Encomendas providas do planalto não eliminavam a preparação do couro serra

(21) “Esta última provincia de São Paulo também fornece ainda (ao Rio de Janeiro) queijo, casca tanifera de mangue...” (Spix e Martius, “Viagem pelo...”, cit., Vol. I, pág. 177); “...cascas de curtir...”, eram remetidas ao Rio de Janeiro em 1814, de portos paulistas, inclusive Santos (John Luccock, “Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil”, Liv. Editora Martins, São Paulo 1942, pág. 403).

(22) Marcelino Pereira Cleto, “Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la, escrita por Marcelino Pereira Cleto, em 25 de Outubro de 1782”, ABN, Vol. XXI, pág. 242.

(23) “Declaro que tenho duzentos e vinte e oito meios de sola em poder de Thomé Francisco Rabelo morador na vila de Santos; e já está pago de seu curtume” (Testamento de Antonio de Azevedo de Sá, 1681, in “Inventários e Testamentos”, Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo, Vol. XXI, pág. 155).

acima ⁽²⁴⁾: para a qual conjuntura, a extração da casca em larga escala na baixada, cobrindo despesas de transporte, poderia colocar o artigo em condições vantajosas na praça de São Paulo. De quando teriam começado êsses afluxos, êsse movimento, não é provável se possa saber, mesmo porque na medida em que se possa ai falar de um fluxo de mercadoria, só à base de incidências irregulares poderia ser êle entendido, só mesmo se rasteando a torna-viagem das cargas que “foram para baixo” no lombo do gentio, dos carregamentos de carne, de farinha, de açúcar “pôstos no mar”, “pôstos no Cubatão” ⁽²⁵⁾. De qualquer maneira, a exploração do *mangue* em Santos não cessou e é nas linhas da tradição apenas suspeitada que mais tarde, mais de um século depois, as reservas da planta continuavam provendo necessidades. Em 1902, como combustível, excetuada a lenha queimada em São Vicente no funcionamento de olarias, curtumes, destilarias, excetuado o consumo não controlado de populações marginalizadas, a Câmara de Santos registrava 64.800 carroças, 27.000.000 de achas e mais 6.480 tarolos de *mangue* vendidos. Separado o material tanífero, encaminhava-se êle para o uso local e agora não mais “para fora da vila”, mas sim, para fora da cidade: “O comércio, ou melhor, a exploração da casca é feito simultaneamente com a lenha porque do mangue cortado é logo destacada a casca para ser vendida a separado. A quantidade de casca consumida unicamente nos dois curtumes de Santos, o de Tapera e o do matadouro de São Vicente, calcula-se termo médio em 100 jacas de 60 litros diariamente, o que faz por ano, de 300 dias de trabalho, 30.000 jacás ou 1.800.000 litros.

(24) “Foram avaliadas doze ilhargas grandes que estão a curtir na casca...”, “... doze ilhargas mais pequenas de couro que está a curtir...” “... treze peles de veado que estão no curtume...” etc., 1633 (“Inventários e...”, cit., Vol. IX, pág. 95); “Dei a curtir a Salvador Tavares cem peles de porco e uma de veado do qual há êle de levar a metade do trabalho do curtume e outra metade me pertence...”, 1645 (“Inventários e...”, cit. Vol. XXXIII, pág. 39); “Deve-se a Gonçalo Lopes do trabalho que seus negros curtiram 12\$960...”, 1681, (Inventários e...”, Vol. XXI, pág. 177).

(25) “... dei-lhe seis negros que foram ao mar com êle... dei-lhe mais treze peças quando foi para baixo... dei-lhe mais quinze peças quando foi para o mar com minha comadre... mandei mais onze peças ao Cubatão em sua busca quando trouxe a renda... mandei-lhe doze peças ao mar para virem com êle e lhe levarem quatro cargas de feijões; à volta vieram carregadas...” (Contas de Pedro Nunes com seu compadre Gaspar Gomes, “Inventários e...”, Vol. VI, págs. 55 a 56); “Deve-se ao gentio dos padres de umas cargas que trouxeram de Santos 2\$160” (“Inventários e...”, cit., Vol. XXI, pág. 176).

fora do que é exportado para os curtumes de serra acima, o que segundo a estatística da Companhia Inglêsa para o ano de 1902, foi de 20 vagões ou 1.000.000 de quilos” (26).

Consumido no lugar de origem, como em Santos; captado aqui e empregado alhures, exemplos Camamu e Salvador, Caravelas e Rio, Santos e Rio Grande e São Paulo, o *mangue*, em matéria de curtume e onde, na marinha e adjacências, fôsse o caso de sua utilização, quasi se pôde assegurar, constituiu-se em material predileto, mais que isso, incontrastado. Não pertencendo, sob tal rubrica, ao arsenal utilitário do indígena, a conversão de suas virtualidades em resultados positivos só poderia ter sido feita pelo europeu e, ao ver de Martius, através de conhecimentos bebidos nas Índias.

Mas se desde a colonização inicial, quando estêve em jôgo curtir pele, foi o *mangue* soberano na orla litorânea, é de ver que núcleos do interior procurassem dispensar a planta marinha, através de sucedâneos mais acessíveis, mais ao alcance da mão. Saint-Hilaire encontrou no planalto central, como coisa de rotina, o *barbatimão*, a *canafistula*, o *angico* e outras plantas, num papel desconhecido junto ao mar. O emprêgo dêsses e de outros vegetais em curtume se tornou tão disseminado, uns mais e outros menos, alguns como o *angico* praticamente abarcando o território nacional, que é difícil saber-se onde se introduziu o uso de cada um. O que se pôde especular é que por tactêio, empiricamente, sem idéias pré-formadas, aos poucos

o senso prático do colôno o foi levando a descobrir, nesta ou naquela espécie, essa função supletiva. Desprovido do aparato mental de pronta detecção, só mais tarde tornado corrente em ciências naturais; sem o socorro do índio que, não obstante a intimidade com o mundo de ervas e árvores, tinha aí também seus pontos cegos, o alienígena teria mesmo de avançar às apalpadelas. Uma norma quem sabe o guiasse no verde emaranhado, a adstringência peculiar ao tanino. Se assim foi, cabe supor que as tentativas inaugurais se tenham dado no primeiro núcleo implantado terra a dentro e longe do mar, que a experimentação dêsse labo-

(26) “O Mangue”, Boletim da Agricultura do Estado de São Paulo, 4.ª série, n.º 10, Outubro de 1903 págs. 475 a 476. Aproveitada para os mesmos fins, a folha, além do que se consumia em Santos, fôra para São Paulo em 26 vagões, correspondendo a 130.000 quilos.

ratório rústico, levada quasi ao acaso, se devesse aos portugueses de São Paulo. Alguns indícios, débeis é verdade, o fazem entrever.

Percorrendo em carácter official a provincia de São Paulo, da capital para o sul, ao cruzar a região de Parnaíba, teve Martim Francisco, em mais de um lugar, sua atenção dirigida para uma planta comum nessas paragens: "fizeram-me notar a canafístula, de cuja casca se servem também os do país para curtir seus couros; dela usam mais que da de angico, por isso que o couro curtido com ela é mais macio, branco e mais durável" (27). Ocorria isso em 1803, antes do afluxo de viajantes estrangeiros que, esquadrinhando a terra cada um a seu modo, iriam em seu depoimentos abordar também essas questões. A *canafistula* e o *angico*, ambas as plantas tinham então já passado por um crivo, num sopesamento de suas qualidades e de seus efeitos, coisa essa impossível de se dar de um dia para outro. A juízos de qualidade e adoção por consenso precederiam inúmeras experiências, isoladas e dispersas, paralelas ou sucessivas e que, principalmente num meio semi-estático, de reações morosas e comunicações retardadas, só com boa margem de tempo poderiam convergir em sínteses, em idéias assentadas. Provadas e aprovadas, essas plantas tinham emergido de uma massa indefinida e se alçado à aceitação pública. Outras porem, havia na competição. Pelo que hoje se sabe e que noutros tempos não se sabia, as plantas taníferas existentes na região primitivamente habitada de São Paulo, na qual se incluíam uma faixa da serra do Mar e a serra da Cantareira, eram mais ou menos as seguintes: ,

Açoita-cavalo, ou ivatingi (Lukea grandiflora, Mart.)

ANGICO (Piptadenia, V. sp.)

Araçá (Psidium)

Aroeira (Schinus)

BARBATIMÃO (Stryphnodendrum Barbatimao, Mart.)

Bico de pato, ou guaximbé (Machoeium, sp.)

BRAUNA ou Maria Preta (Phitecalobium avaremotemo, Mrt.)

Candeia (Lychnophora, Mrt.)

(27) Martim Francisco Ribeiro de Andrada, "Jornais das Viagens pela Capitania de São Paulo", RIHGB, Vol. XLV, pág. 10.

CANAFÍSTULA, ou Cana-frista (*Cassia Ferruginea*, *Schrad.*)
Canudo, ou canudeiro (*Carpotroche brasiliensis*, *Endl.*)
Capechingui (*Croton floribundus*, *Spr.*)
Cedro branco (*Cedrela brasiliensis*, *Vell.*)
Copaiba (*Copaifera langsdorffii*, *Desf.*)
EMBAUBA (*Cecropia peltata*, *L.*)
Gonçalo Alves, ou guarabu rajado (*Astronium fraxinifolium*, *Schot.*)
Guaranhem, ou Buranhem (*Luciema glycyphloea*, *Mart.*)
JUREMA (*Acacia Jurema*, *Mart.*)
Massaranduba (*Mimosopus elta*, *F. All.*)
Mossotaíba (*Zollernia ilicifolia*, *Vog.*)
MURICI (*Byrsonima crassifolia*, *H. B. K.*)
ORELHA DE NEGRO, ou Tamboril (*Enterolobium timbouva*, *Mart.*)
Orindeuva, ou Aroeira preta (*Astronium Urindeuva*, *Engl.*)
Peito de pomba (*Guarea*, *sp.*)
PEROBA (*Aspidosperma polyneuron*, *Mull. Arg.*)
Pitangueira (*Phyllocalix tomentosus*, *Bery*)
Sapucaia (*Lecythus*, *sp.*)
Sucupira (*Bowdicha virgiloides*)
VINHÁTICO (*Enterolobium ellipticum*, *Benth.*) ⁽²⁸⁾

Na idéia suscitada, em caso de seleção, a escolha teria de recair naquelas plantas que sendo ao mesmo tempo em contradição na área pudessem apresentar elevado teor de substância tânica. Nêsse sentido, quais os vegetais brasileiros de maior rendimento? Uma resposta se tem para a flora da Bahia. Analisando material variado, do interior do estado como do litoral, as mesmas plantas em diferentes zonas, assim como a mesma planta em diferentes coletas do mesmo lugar, Fróes Abreu obteve resultado que, aqui resumidos dão a seguinte classificação:

Angico,	de 16,4	a 32	%	de tanino
Murici,	" 14,2	" 24,5	%	
Mangue,	" 14,6	" 23,6	%	

(28) Huascar Pereira, "Apontamentos sobre as madeiras do Estado de São Paulo", São Paulo, 1905 e "Pequena Contribuição para um Dicionário das plantas úteis do Estado de São Paulo", São Paulo, 1929; E. Navarro de Andrade e Otavio Vecchi, "Les Bois Indigènes de São Paulo", São Paulo, 1916.

Jurema,	"	11,4	"	14,2	%	
Aroeira,				12,2	%	
Brauna				9,4	%	(29) Por

outro lado, dados dessa natureza, fornecidos por Huascar Pereira, davam esta ordenação em São Paulo:

Barbatimão			40	%
Mangue	de 14	a	31	%
Murici			20	%
Jurema			15	%
Goiabeira			8,3	%

Mais precisos, porém, foram os dados publicados por Ernesto Sixt, em 1911, como resultado de análises em laboratório da Companhia Curtume de Campinas. Sem haver necessidade de transpô-los inteiramente, mesmo porque as pesquisas submeteram a exame diferentes partes dos vegetais, no que concerne às cascas colocavam-se na primeira linha os seguintes:

Barbatimão,	de	26,88	a	31,77	%	de tanino
Goiaba brava		16,88	"	19,70	%	
Sucupira		15,52	"	17,74	%	
Aroeira		15,44	"	17,15	%	
Capechingui		15,28	"	16,79	%	
Angico branco		14,56	"	16,74	%	
Angico vermelho		14,32	"	16,52	%	
Louro		12,72	"	14,20	%	
Copaiba		11,64	"	12,95	%	(30)

De uso tradicional e generalizado em São Paulo, *barbatimão* nos meios rurais chegou praticamente a significar curtimento. Por Martim Francisco se viu a posição da *canafistula* ante o *angico*, precisamente as plantas que juntamente com o *barbatimão*, o *murici* e outras igualmente co-

(29) S. Froes Abreu, "Contribuição para o estudo das materias tanantes do Estado da Bahia", Relatório, Rio de Janeiro, 1927.

(30) Ernesto Sixt "Plantas taníferas", em "O Fazendeiro", Outubro de 1911, pág. 479.

nhecidas em São Paulo, Saint-Hilaire foi encontrar em papel tão destacado no sertão de Minas. Ao lado da *jurema*, da *orelha de negro*, do *vinhático*, foram êsses vegetais colocados entre as plantas taníferas por excelência do Brasil ⁽³¹⁾. Ajunte-se ainda, com Martius, a *embaúba*, na região mineiro-baiana do São Francisco ⁽³²⁾.

Por que via o conhecimento precisamente dessas plantas chegou aquêles sítios? Pela Bahia? Pelo que os estudos do Fróes Abreu permitem verificar, a maioria dêsses vegetais, a começar do *barbatimão* e da *canafistula*, não tinham atrás de si, em território baiano, aquilo que se pudesse caracterizar como tradição de uso. Caso contrário, não caberia dizer assim de algumas delas: "A casca do murici não é empregada para curtir couros, si o fôsse daria produtos sempre de cor vermelha muito carregada"; "a casca da baraúna é sempre citada como matéria tanífera, embora não seja empregada para curtir couros" ⁽³³⁾. No mesmo sentido, versando sobre essa mesma parte do país e tratando de perto aspectos significativos de sua economia, uma memória do século 18, explicita que é a respeito do manguê em questões de curtume, nem sequer uma alusão contém a qualquer outra planta ⁽³⁴⁾.

Integrando essas plantas um setor da flora familiar aos antigos habitantes de São Paulo, seu aproveitamento naquelas paragens não poderia resultar de noções lá chegadas na esteira de sertanistas e buscadores de ouro?

2 - Uma vista nos Inventários

Após o abate da rês, com a *faca carniceira* se podia *esfolar* o animal, retirar a pele, conhecendo-se para o descarnamento uma lâmina apropriada, de fio embotado, o *cutelo de grosar*, ou então, *cutelo de raspar couro do curtume*. O indígena do Brasil sabia utilizar a pele de certos bichos, secando-a ao sol. Para conseguir isso, em Portugal se costumava esticar a pele por meio de estacas fincadas

(31) F. C. Hoehne, "A flora do Brasil", in "Recenseamento do Brasil", (1920) Rio de Janeiro, 1922, Vol. I, pág. 169.

(32) Spix e Martius, "Viagem pelo...", cit. Vol. II, pág. 208, onde também são apontados o *barbatimão* e a *canafistula* na mesma área.

(33) S. Froes Abreu, "Contribuição para o estudo...", cit., págs. 25 a 27.

(34) "Discurso preliminar, histórico, introdutivo, com natureza de descrição econômica da Comarca da Bahia", ABN Vol. XXVII, págs. 326 a 369.

no solo. Como o tipo de estacas de pontas aguçadas tinha o nome de *espicho*, *espichar*, como também se dizia em São Paulo, passou a significar o esticamento da pele nessa forma. Não se exclui também a outra modalidade, muito em uso junto a povos primitivos em todo o mundo, a de manter, para o mesmo fim, a pele livre do solo, estirada numa espécie de bastidor feito de varas entrecruzadas (Fig. III). É, no entanto, provável que seguindo a tradição de além-mar, a prática conhecida em São Paulo por *espichar* fôsse da mesma natureza do *estaquear* das regiões sulinas, do Brasil ou não ⁽³⁵⁾.

Único exemplo, pelo menos de que falam viajantes, constatou Mawe em São Paulo o curtimento mineral. Uma reentrância do terreno, servindo de tanque, abrigava as peles, cujo preparo era conseguido por saes de ferro contidos na própria lama ⁽³⁶⁾. Não se sabe a quando remontasse essa prática, agora o aproveitamento de buracos ou sulcos é que nada devia ter de singular, pois para êsse fim o homem soube tirar partido até de depressões na pedra ⁽³⁷⁾. Não está fóra do possível a construção de tanques apropriados, se bem que não muito provável. Em área contígua à de São Paulo, no século 18 é verdade e sob administração jesuítica, a fazenda de Santa Cruz dispunha, em sua "casa do curtume", de "nove pelames", ou por outra, tanques para maceração, depilagem e curtimento. Ao mesmo tempo ali se encontraram 3 côchos do mesmo uso ⁽³⁸⁾. Aparente-

(35) "... os esfolam (porcos), para fazerem botas e couros de cadeiras...", em S. Vicente (Gabriel Soares de Sousa, "Tratado...", cit., pág. 109); "Cutelo de grossa" (Inventários e...", cit., Vol. III, pág. 291); "Cutelos de raspar couro de curtume" (Inventários e...", cit., Vol. III, págs. 327 328 e 349); O indígena e a pele "Do seu couro (da anta), endurecido apenas pelo sol, os índios fabricam broquéis" (Pe. José de Anchieta, S. J., "Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J.", Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1933, pág. 119); Couro por espichar: ("Inventários e..." cit., Vol. III, pág. 430); Sobre estaquear: "O couro estaca-se no chão para secar, dando-se-lhe o competente declivio para deixar correr as águas" (Nicolau Dreys, "Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul", reedição, Rentzsch & Cia., Porto Alegre, 1927); "Nem todos os couros se salgam; muitos são secados ao sol, estendidos por meio de numerosas estacas a seis polegadas do solo. Chama-se a isso estaquear" (Arsenê Isabelle, "Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul", Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1949, pág. 162); "Antigamente, estaqueava-se a pele em quadros de madeira e ficava aí a secar ao ar livre" (W. H. Harnisch, "O Rio Grande do Sul", Ed. Glóbo, Porto Alegre, 1941, pág. 165).

(36) John Mawe, "Viagens ao interior do Brasil", Zélio Valverde, Rio de Janeiro 1944, págs. 80 a 81.

(37) S. Froes de Abreu, "Informações sobre a indústria do couro...", cit., pág. 24.

(38) "Inventário da Fazenda de Santa Cruz", Arquivos do Distrito Federal, ed. Magalhães, São Paulo, 1917, págs. 186 a 187.

mente, foi esta a solução preferida em São Paulo, a madeira excavada nas modalidades de *canôa*, *côchos* e *gamela* ⁽³⁹⁾. Lenho para esse fim é que não faltava na região de São Paulo. É significativo que nomes de sua toponímia, como Baquirivu e Sienanduva, provenham de vegetais conhecidos por essas aplicações, o *bacurubu*, matriz de canôas, e a *sananduva*, fonte de côchos e demais vasilhames. Conhecia-se por *noque* na península ibérica, uma cuba com revestimento impermeabilizador, usada em curtimento. Não é impossível que esse tipo de tanque fôsse aqui conhecido. Dêle se destacando o revestimento, usualmente de couro, neste elemento poderia estar a geratriz, tanto da bolsa aérea, o *banguê* observado por Saint-Hilaire, conhecido no sul por *noque* ou *anoque*, como da bolsa flutuante, a *pelota*, embarcação improvisada, com esse nome identificada no sul do Brasil e em Mato Grosso, mas em outros tempos adotada em geral em toda a bacia parano-paraguaia ⁽⁴⁰⁾ (Fig. IV e V).

Dispondo da técnica, por sinal nada complicada, abria-se ao colonizador todo um campo na fauna americana. Onças, antas e veados, os dois últimos principalmente iriam entrar, cada um com sua quota. O que não impediria viessem a ser animais domésticos introduzidos da Europa, e muito mais com o avanço do tempo, o manancial mais rico e mais certo do couro.

"Em cabelo" era a forma com que se designava a pele de boi não curtida. Pelo que se pôde interpretar, tratava-se da pele inteira, apenas secada ao sol, em alguns casos, possivelmente, salgada. Beneficiada que fôsse, a nova con-

(39) Gamelas, côchos, canoas: "... 3 côchos de curtir couros..." (Inventários e... cit., Vol. IX pág. 95); "... 2 gamelões de curtir couros..." (Inventários e... cit., Vol. VI pág. 28); "... uma canoa de casca..." (Inventários e... cit., Vol. I, pág. 260); "... duas canoas de curtir couro..." (Inventários e... cit., Vol. III pág. 216); "... canoa grande que serve de curtir os couros..." (Inventários e... cit., Vol. IX, pág. 95).

(40) Banguê e anoque: Augusto de Saint-Hilaire, "Viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas..." cit., Vol. II, pág. 276; banguê "... aparelho de couro em forma de cocho para curtir peles, ou para fazer decoada, e neste caso corresponde ao que chamam Anoque no Rio Grande do Sul" (Beaurepaire-Rohan, "Dicionário de Vocabulos Brasileiros", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1889; Pelota: "... uma espécie de bote improvisado feito com um couro de boi e que é usado para se atravessar o rio" (J. B. Debret, "Viagem Pitoresca..." cit., Vol. I págs. 239 a 240); "A pelota é simplesmente um couro de boi em que se ligam as quatro pontas, tomando desse modo a forma de um barco, com feito aproximado das sacolas de papel..." Eu mesmo passei o rio sentado numa pelota chegando sem novidades a outra margem" (Augusto de Saint-Hilaire, "Viagem ao Rio Grande do..." cit., pág. 241).

dição quasi sempre se projetava sob o rótulo de *curtida*. A prática mais corrente consistia em dividir a peça então em suas duas metades naturais. Por corresponderem aos dois grandes lados do animal, a seus flancos, ou *ilhargas*, passou o termo *ilharga* a se aplicar a cada uma dessas partes. Sendo o curtimento a causa principal da divisão, *ilharga* significava, além da peça partida, a pele preparada ou em vias de preparação. Quer sob forma extensa em que se ressaltasse esse caráter, quer sob forma elidida, o sentido é o mesmo ⁽⁴¹⁾. Outro nome iria substituir esse e ficar conhecido em todo país, *meio de sola*. Figurando em Antonil, é de interesse que se assinale seu aparecimento anterior, em inventário de 1681 ⁽⁴²⁾.

No que respeita à variedade, a pele do bovino, tirante essas denominações gerais, aparecia como couro de *boi*, de *vaca*, de *novilho*, e sob apelações que com o tempo passaram a indicar tipo, isto é, *vaqueta*, *bezerro*. De ovinos, encontram-se referências a *pelica* e *carneira*, certamente importadas. A raridade de exemplares não favorece a idéia de um largo uso e a falta de menção dessa pele nas posturas de sapateiros, quando mais de uma vez discriminam as de "vaca, porco, veado" é sugestiva, embora sem muito valor para todo o século 17. Apesar de não se ter desdenhado em São Paulo a criação de carneiros, não parece tenha sido essa a fonte de uma ou outra *carneira* aparecida. Referência expressa a *carneira* do reino juntamente com exame em preços indicam procedência estranha ⁽⁴³⁾. O fato fica mais patente com os caprinos em que uma ou outra incidência de *camurça* se contrabalança pela massa de *cordovão*. Pele *curtida* de cabra, originariamente produzida abundantemente em Cordoba, Espanha, sem dúvida foi ela importada, tendo grande aplicação em calçados.

Um exame que se faça nas cores, mostrará: em *branco*, peles de carneiro, de veado e cordovão; em *preto*, veado,

(41) Em cabelo, couro cru distinguido de curtido: "... lhe coube os couros todos em cabelo... e os couros curtidos" (Inventários e... Vol. IX, pág. 102); *ilhargas*: "ilhargas de couro curtido", "ilhargas mais somenos", "ilhargas que estão a curtir na casca" ("Inventários e...", Vol. IX, pág. 95).

(42) "Foram avaliados cem meios de solas que estão em poder de Gonçalo Lopes a quinhentos reis o meio", "... foram avaliados vinte e sete meios de sola todos juntos", (Inventários de Antonio de Azevedo de São 1681, em "Inventários e...", Vol. XXI, págs. 167 a 175).

(43) *Pelica* ("Inventários e...", cit. Vol. V, pág. 113); *carneira do reino* ("Inventários e...", cit., Vol. II, pág. 117); *carneira* ("Inventários e...", cit., Vol. III, pág. 254, Vol. V, pág. 113, Vol. IX, pág. 331, Vol. XXV, pág. 244).

couro não definido. Há exemplos de calçado, botas sobre-cordovão e couro indiscriminado; em *vermelho*, carneira e tudo, sob designação de *amorado*, *picado*, e *baio* ⁽⁴⁴⁾.

PELES E ANIMAIS

1 - *Veado*

Entre os moradores de São Paulo seiscentista, o calçado teve uso mais amplo do que à primeira vista possa parecer. A idéia em si pôde despertar desconfiança e levantar resistências. No estado mais desenvolvido do país tornou-se típica a figura do caboclo descalço, do tão caricaturado caipira, cuja ogeriza por sapato ficou proverbial. Mesmo a botina ringideira, com todo o sabor de sua música ruana, não passava de um tormento. Assim, a primeira coisa, mal saído da função, era arrancar a maldita instrumela e, com ela pendurada no porrete, lá se ia feliz de pé no chão para a roça. Essa imagem e outras semelhantes, não terão elas influido na idéia de que por trás do desajuste havia uma carência, uma falta de hábito resultante de inexistência da coisa no passado? Se com tanta riqueza e tanto progresso era assim, que se diria na miséria e no atraso de outros tempos? E os homens rudes desembarcados, há quatro séculos, será que com uma meia dúzia de trastes de bagagem se iam dar ao luxo de um sapato?

Portugal dos Descobrimentos não primava por riquezas e sua população longe estava de altos padrões de vida. Mas lá, e naquêlo tempo, como na Europa em geral, o calçado não tinha muito que ver com riquezas e nem figurava entre as coisas perfuntórias ou acentuadamente mundanísticas. Seu uso não era ditado pelo arbitrio, subjetivo ou social, mas imposto pela natureza. Com tôda sua carga de inclemências, temperaturas rasas, nevadas implacáveis, obrigava ela o mais miserável aldeão a de qualquer maneira proteger os pés, complementando, com qualquer tipo de calçado, a proteção que para outras partes do corpo encontrava em grossos e pesados estofos (Fig. VI eVII).

(44) Branco ("Inventários e...", cit., Vol. II, pág. 8. Vol. V, pág. 337. Vol. VIII, pág. 394. Vol. IX, pág. 117. Vol. XI, pág. 225. Vol. XXXIII, pág. 196); Preto ("Inventários e...", cit., Vol. VI, págs. 67 e 83. Vol. VII, pág. 249. Vol. XI, pág. 37. Vol. XXXIII, pág. 38. etc.); Vermelho ("Inventários e...", cit., Vol. I, pág. 271. Vol. III, pág. 290. Vol. V, pág. 306. Vol. XI, pág. 81. Vol. XXV, págs. 12 e 84); Amorado ("Inventários e...", cit., Vol. I, pág. 216. Vol. II, pág. 387. Vol. III, pág. 460. Vol. IX, pág. 131); Balo ("Inventários e...", cit., Vol. I, pág. 94); Picado ("Inventários e...", cit., Vol. VI, pág. 82. Vol. VIII, pág. 442. Vol. IX, pág. 117. Vol. XV, pág. 370).

Na bibliografia contemporânea ilustrações variadas, desenhos de frontispícios, gravuras, iluminuras, mostram, nos paços e adros, nas lojas e oficinas, em trigais e lagares, representantes dos três estados, desde a castelã e a princesa, desde curas, abades, pastores, moleiros, mercadores, regateiras, saloios e labregos, todos com suas botas, botinas ou botifarras, chapins, borzequins e demais variedades: em Gil Vicente, "Auto de Vicenteanes joeyra", "Auto da Mofina Mendes", "Auto pastoril castelhano", "Auto dos quatro tempos"; na "Prática de oito figuras" de Antonio Ribeiro Chiodo; no "Repositório dos Tempos"; na anônima "Relação dos arredores de Lisboa e seus arrabaldes"; nas "coplas de Bias contra fortuna"; nas "Trovas" por Crisfal; em "Duarte d'Armas"; no "Livro de horas do rei D. Manoel I", como nas "Trovas de dois pastores" de Bernardim Ribeiro ⁽⁴⁵⁾. Essa e demais documentação, embora sem a objetividade que viria ter a imagem fotográfica, nem por isso será tachada de falsa ou fantasiosa.

O transplante para o Brasil de um hábito tão assentado tem assim aparência da maior naturalidade. O que teria acontecido mais tarde seria um aprendizado às avessas. No ajustamento às condições do novo mundo, a adoção de traços da cultura indígena e com isso a propensão para andar descalço. Nos primeiros tempos, porém, o que prevaleceu foi o afêro aos hábitos e costumes de além-mar, o que documentos antigos só tendem a confirmar. A pouco mais de vinte anos de fundação de São Paulo, por exemplo, em 1578 falecia o sapateiro Damião Simões, naturalmente com atividade na profissão antes desse tempo. Pouco antes pelo menos 3 sapateiros se contavam na vila, Simões, Domingos Dias, seu credor, referido como sapateiro, e Brás Fernandes, arrematante do "ofício de sapateiro", com "todos os seus aparelhos conteudos neste inventário" ⁽⁴⁶⁾. Nêsse mesmo ano se requeria aos vereadores "que suas mercês puzessem taxas nos oficiais sapateiros", com igual medida para ferreiros e carpinteiros ⁽⁴⁷⁾. Posturas seguidas da Câmara, em 1583 e 1587, regulando preços, a), confirmavam, para uma população ainda rala, haver mais de um

(45) Alberto Souza, "O Trajo Popular em Portugal nos Séculos XVI e XVII", Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa, 1924.

(46) "Inventários e...", cit., Vol. I, págs. 1 a 7.

(47) "Atas da Câmara da Vila de São Paulo", Publicação Oficial do Arquivo Municipal, Vol. I pag. 122.

sapateiro vivendo regularmente do ofício; b), davam a entender não se tratar de uma produção aleatória, esporádica; c), mostravam uma variedade de material e de tipos de calçado, o que só pôde ser legitimado pelo consumo extensivo, dos moradores em geral e não de uma sua fração diminuta (48). Outros elementos que se busquem nos inventários que chegaram até nós, tendem a corroborar a idéia de que o uso do calçado naqueles tempos era a regra e não a exceção.

Mas o transplante terá também significado adaptação. O que se prestava a resguardo, em climas frios, teria de se ajustar às condições de terras tropicais. O problema existiu e os jesuítas com sua acuidade dificilmente deixaram de o notar, de o enfrentar com soluções flexíveis. Já em 1554, ante a dificuldade de “andar por cá com sapatos de couro pelos montes” tinham se inclinado pela alpargata, num reencontro do uso que, na orla mediterrânea, remontava pelo menos aos tempos clássicos. Feita “de um fio como cânhamo que nós outros tiramos de uns cardos lançados nágua e curtidos”, desde o início Anchieta se entregara a sua fabricação: “tenho aprendido um ofício que me ensinou a necessidade, que é fazer alpergatas, e sou já bom mestre e tenho feitas muitas aos Irmãos” (49). Se o missionário encontrou na sandália o utensílio adequado à circulação no meio ínvio, aos penosos movimentos pela “aspereza das selvas e grandes enchentes dágua”, em nenhum lugar se descobre qualquer elemento que denote, não digamos entusiasmo, mas a simples adesão do leigo a essa fórmula. Tivesse isso acontecido, alguma indicação, é provável, estaria presente nas posturas que tão circunstanciadamente tratam do assunto. Elas falam, isso sim, do recurso aprovado e adotado pelo colono em suas incursões na selva, isto é, da bota. Ignorando o artefato tão louvado pelo jesuíta, marcavam elas, também o rechaço da fibra vegetal em favor do couro, nesse campo da indumentária. Não que se tratasse de domínios diferentes, que o artefato de tira vegetal tivesse alçada própria. Calçado como tal, fôsse de fibra, de trançado, de matéria vegetal ou animal, tinha uma ju-

(48) “Rol das posturas dos sapateiros que pertecem a seu ofício”, 1583. In “*Atas da Câmara da...*”, cit., Vol. I, pág. 214. “Taxa e regimento dos sapateiros e do que haviam de levar”, 1587, in “*Atas da Câmara da...*”, cit., Vol. I, pág. 325.

(49) Pe. José de Anchieta, “*Cartas, Informações...*”, cit., págs. 63 e 151.

risdição certa, a do sapateiro. Naquela regulação, aliás, capitulava-se expressamente na esfera do sapateiro o trabalho com cortiça. Mas para o alçamento da bota à preferência pública, e o alijamento da alpargata, não pouco terá contribuído o missionário, já que sua experiência, com mostrar a inadequação da coisa, em si seria um benefício. Inadequação para o meio regional de São Paulo, pois, como se sabe, a alpargata vingaria na caatinga, em zonas mais quentes, de clima mais estável. Agora se numa primeira etapa se deu um confronto entre fôrmas, ao que parece, a essa etapa teria sucedido uma segunda, marcada por opção de matéria, em favor, e é este o ponto que a rigor mais interessa no momento, em favor da pele de veado. É o que se infere do simples fato de um par de botas desse couro ter seu preço fixado em plano mais alto que um de porco ou vaca ⁽⁵⁰⁾.

Ainda hoje, apesar da ação modificadora do progresso, pode-se encontrar como uma das coisas típicas com seus traços bem marcantes a vestimenta do vaqueiro nordestino. Euclides da Cunha vestia seu sertanejo de gibão, pernas e colête, à base da vaqueta ou do couro de bode; as "luvas" e os "guarda-pés", no entanto eram de pele de veado. Na variante cearense, válida para este século, as pernas juntamente com o chapéu provinham do carneiro e, ao passo que o colête se recortava na vaqueta, o gibão era de veado, por mais resistente ⁽⁵¹⁾. O cotejo entre essa roupa e a de peões e campeiros do passado mostra uma continuidade em tipo e terminologia, o que lhe assegura o caráter de típica. Assim, no fundamental, tanto o peão paulista descrito por Martius, como o vaqueiro baiano, o "campista" em Minas, registrados pelo príncipe Maximiliano, envergavam gibão e pernas. Aliás, se sairmos dessas designações estereotipadas, vemos que a homogeneidade é maior do que parece: o gibão ou jaqueta, figurando com este nome no vaqueiro mineiro de Saint-Hilaire, e igualmente em Koster quando trata do sertanejo; as pernas ou calções, designadas como tal em Koster; o colête, ou guarda-peito, tanto em Maximiliano como em Saint-Hilaire; o chapéu nêles todos, com particularidades que os aproximam. Tendo como denominador comum o couro, foi com muita pertinência que o prin-

(50) "Rol das posturas dos sapateiros...", cit., in "Atas da Câmara da...", Vol. I, pág. 214.

(51) Ildefonso Albano "A Pecuária no Ceará", cit., pág. 43.

cipe Maximiliano recorreu à expressão “homem encourado”, para qualificar a figura de homem correspondente. Algumas das razões para êsse cobrimento “da cabeça aos pés” eram também por êle apontados. A perseguição ao gado não se limitava aos descampados, tinha de se fazer por entre vegetação hostil e na canícula. Nas brenhas, o couro era o que melhor defendia de estrepes, espinhos e de tudo o que pudesse causar lanhos ou arranhões. Pouco aadiantaria, no entanto, um traje rígido, pesado e molesto, ao calor. Ao contrário, leveza, frescor, flexibilidade e por acréscimo, duração, era tudo isso proporcionado pelo traje, não apenas de couro, e sim de couro de veado

Esse ponto é que marca a distinção entre a indumentária mais atual e a mais antiga. A diferença da figura traçada por Euclides, todos os vaqueiros de que dão conta os viajantes tinham sua roupa completa em pele de veado (52). As qualidades que tinham levado a sua adoção na indumentária sertaneja seriam, ao que se pôde supor, conhecidas ou entrevistas desde o início da colonização. Com efeito, tratando dos veados, do alimento encontrado em sua carne, do aproveitamento de suas pontas, notava Cardim, a estimação em que era tida sua pele. Mais explícito, Gabriel Soares indicava como razão a brandura, ou por outra, maciez e flexibilidade, brandura essa maior que a obtida em peles da Espanha, de onde se seguia serem “as peles muito boas para botas” (54). Por conseguinte, não causará estranheza que num período de desbravamento, a adequação de material a uma necessidade definida redundasse em seu maior valor, no caso traduzido naquêlre preço superior das botas de veado. Admitindo-se isso, não deixa de ser curioso que, decorridos apenas quatro anos, êsse desnível deixasse de existir, num aplanamento entre os três espécimens de artefatos (55). Com êsse couro teria acontecido algo daquilo que, em épocas mais dinâmicas marcaria fenômenos de moda? Supervalorização, arranco de entusiasmo, exclusivismo de eleição, movimentos êsses inconsistentes, transitórios, logo seguidos de reajuste? Seja como for, no caso

(52) Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied, “Viagem ao...”, cit., pág. 376; Spix e Martius, “Viagem pelo...”, cit., Vol. I, pág. 256; Augusto de Saint-Hilaire, “Viagem às províncias do Rio de Janeiro e...”, cit., Vol. II, pág. 263.

(53) Pe. Fernão Cardim, “Tratados...”, cit. pág. 32.

(54) Gabriel Soares de Sousa, “Tratado...”, cit., pág. 288.

(55) “Atas da Câmara da...”, cit., Vol. I, pág. 325.

em foco ocorreu um reajuste, e mais, se não sobreveiu pronta inversão de valores, uma tendência foi se firmando, a estimação do couro de veado entrando em declínio. Um salto no tempo poderá ser mais elucidativo, isto é, um exame, no século 18, em preços de calçado em São Paulo. Ficará então patente a posição subalterna a que passou o couro de veado ⁽⁵⁶⁾. É certo que exigências maiores já se faziam sentir, importando a aparência, o acabamento, o que tudo talvez não se coadunasse muito com as qualidades inerentes a esse couro. E enquanto ainda ia conhecer êle seu fastígio na indumentária sertaneja, no meio paulista seu valor já descambara. Como prova do declínio, basta ver que seu uso passou até a significar desapêgo. A falta de vaidade, o desdém pelas coisas humanas no padre Belchior de Pontes, segundo seu biógrafo, eram tais que “seus pés, ou nunca, ou raras vèzes calçavam sapatos de cordovão, contentando-se com uns de veado mal alinhados, que os conservava com a mesma côr, com que tinham saído do cortume” ⁽⁵⁷⁾.

2 - Anta

Já com as antas, embora mais restrita a aplicação de sua pele, nem por isso deixaria de ter sua importância. De início, a espessura a excluiria da serventia mais comum em calçado, bolsas, etc. Não obstante, um serviço valioso iria prestar ao colono. Por informações de Thevet e de Lery, derivadas, ao que tudo indica, de contatos reais de trugimões, os índios da costa, principalmente da região guanabarina, fabricavam com essa pele escudos de guerra ⁽⁵⁸⁾. Falando de São Vicente, em 1560, Anchieta depunha no mesmo sentido: “Do seu couro, endurecido apenas pelo sol, os índios fabricam broqueis completamente impenetráveis às flexas” ⁽⁵⁹⁾. Pelo visto, a conservação da pele era feita

⁽⁵⁶⁾ “Regimento de sapateiros, em 1780”, in “Atas da Câmara Municipal de São Paulo”, Publicação do Arquivo Municipal de São Paulo, Vol. XVII, pág. 236.

⁽⁵⁷⁾ Manoel da Fonseca, “Vida do Padre Belchior de Pontes”, Ed. Melhoramentos, São Paulo, s. d., pág. 38.

⁽⁵⁸⁾ André Thevet, “Singularidades da França Antártica” Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1944, pág. 300; Jean de Lery, “Viagem à Terra do Brasil”, Liv. Martins Editora, São Paulo, 1941, pág. 124.

⁽⁵⁹⁾ Pe. José de Anchieta, S. J., “Cartas, Informações...” cit., pág. 119

pelo método mais elementar, uma vez que êsses índios ignoravam curtimento. O aproveitamento que dela faziam, ainda que por simples sugestão iria servir de ensinamento, e por êsse lado prestavam êles contribuição aos meios de defesa do alienígena.

Sem maiores explicações aludia Cardim às antas, “de cuja pele se fazem as adargas”, parecendo daí fôsse a parte de agente atribuída ao imigrante. Em tal caso, a elisão, deliberada ou devida a estilo, poderia ocultar o caráter da pele, isto é, de pele curtida, o que se coadunava com a prática corrente, pois o próprio Cardim então se referia ao mangue como aquilo que “serve da casca para curtir couros”⁽⁶⁰⁾. Que assim era com o colono, confirmava-o frei Vicente do Salvador: “do couro curtido (da anta) se fazem mui boas couras pera vestir e defender de setas e estocadas”⁽⁶¹⁾. O que não deixa de ser estranho é que, escrevendo mais ou menos aos mesmo tempo, o autor dos “Diálogos das grandezas do Brasil” apregoasse desuso, ou quando não, abandono dessa prática. Assim é que, trocando idéias com Alviano, Brandônio, a figura central, encarnação do próprio autor, dizia não aproveitarem os habitantes as peles de anta, “por não se disporem a curti-las e concertá-las”, antes deixando que se perdessem⁽⁶²⁾.

Se houve área do país em que a pele desse animal não chegou a ser aproveitada pelos nôvos habitantes, ou que tendo sido, passasse depois inteiramente ao abandono, certamente não terá sido São Paulo, porquanto, ainda depois de Brandônio, aqui se usavam as “couras de antas”, embora não sejam abundantes os exemplares registrados⁽⁶³⁾. A respeito delas, aliás, um ponto merecedor de atenção é seu alto preço. A circunstância poderia se prender a dificuldades no preparo da pele que, por grossa, requeria curtido mais demorado⁽⁶⁴⁾. Por êsse lado se justificaria

(60) Pe. Fernão Cardim, “Tratados da Terra e...”, cit., págs. 32 e 83.

(61) Frei Vicente do Salvador, “História do Brasil”, Cia. Melhoramentos, 3.ª edição, s. d., São Paulo, pág. 41.

(62) Ambrosio Fernandes Brandão, “Diálogos das Grandezas do Brasil”, Ed. Dois Mundos, Rio de Janeiro 1943, pág. 251.

(63) “Inventários e...”, cit., Vol. II, pág. 215, Vol. III, pág. 477, Vol. IV, pág. 115, Vol. VIII, pág. 148.

(64) A condição mesma de sua utilidade estava na preparação mais cuidada, mais trabalhosa e, por conseguinte, mais onerosa, o que se subentende na observação de Gabriel Soares, por nós sublinhada: “Destas peles, se são bem curtidas, se fazem mui boas couraças, que as não passa estocada” (Gabriel Soares de Sousa, “Tratado...”, cit., pág. 285).

desestímulo, retração de uso e mesmo abandono. Escassez é que nada teria que ver com a questão, pois Cardim não se afastava da realidade quando afirmava haver “grande cópia delas nesta terra”. Mas, se apesar de caro, havia procura para o artefato dela feito, a peça devia apresentar vantagens pouco comuns. Garantindo certas imunidades, assegurando ao portador proteção eficiente contra flexas e punhais, ao primeiro momento pôde surpreender não se encontrar nenhuma dessas preciosas couraças arroladas em “inventários de sertão”. Surgindo tôdas as “couras de antas” em meio a bens da vila, onde não estariam simplesmente arquivadas, sem função e sem sentido, o que é desdito pelo preço, caberia supô-las assim como que armaduras de luxo, peças de reserva para uma cada vez mais longínqua acometida de selvícolas ao povoado. Paralelamente, conheceu-se um sucedâneo da couro, de mais praticabilidade, êsse sim efetivamente usado pela parte militante de paulistas em andanças pelo sertão, o “gibão de armas”, “armas de algodão”, ou simplesmente “armas” ⁽⁶⁵⁾. Conhecido desde antes do Governo Geral, nêle poderia estar outra razão para rebaixe de uso ou queda em desuso da pele de anta. Dispensando os azares e as fadigas da caça; de confecção mais fácil, bastando-lhe pano e algodão; menos sujeito a deterioração; capaz de, por estalões do tempo, ter fabricação em massa, não era gratuita a efusão do cronista, quando se referia às “maravilhosas armas de algodão que se fazem na Bahia, geralmente por tôdas as casas dos moradores, as quais não passa bêsta, nem flexa nenhuma” ⁽⁶⁶⁾, nem era de admirar que, realisticamente, ao prescrever sua adoção em engenhos e redutos fortificados, estivesse a Metrópole sancionando suas excelências e sua superioridade ⁽⁶⁷⁾. Des-

(65) Inventários de Sertanistas: armas de algodão (“Inventários e...”, cit. Vol. I, pág. 460, Vol. V, pág. 150, Vol. XI, pág. 152); armas estofadas de algodão (“Inventários e...”, cit., Vol. VII, pág. 433); gibão de armas (“Inventários e...”, cit., Vol. V, pág. 191, Vol. XI, págs. 203, 256 e 505).

(66) Gabriel Soares de Sousa, “Tratado...”, cit., pág. 427.

(67) “Porque para defesa das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil é necessário haver nelas artilharias e munições e armas ofensivas e defensivas para sua segurança hei por bem e mando que os capitães das capitãcias da dita terra e senhorios dos engenhos e moradores da terra tenham a artilheria e armas seguintes... cada capitão em sua capitania será obrigado a ter ao menos... e 40 corpos de armas de algodão da que na dita terra do Brasil se costumam e os senhorios dos engenhos e fazendas... 20 corpos de armas de algodão” (Regimento de Tomé de Souza, in “História da Colonização Portuguesa no Brasil, Vol. III pág. 348).

tinado a desbancar a coura de uma vez, o gibão de armas estaria ainda em uso em princípios do século passado ⁽⁶⁸⁾.

3 - Porco

Meio século de vivência dos moradores de São Vicente, capitania, autorizavam apreciações, opiniões mais ou menos justas sobre certas coisas. A par do gado bovino, o suíno, com sua conhecida capacidade de proliferação, se estendera pela terra. Diferentemente do caboclo paulista da pré-industrialização, que no porco só via o lado alimentar, o colono daquele tempo, ou fôsse por hábitos de além-mar, ou porque excedentes desbordassem o plano estrito do comestível, pensava nêle em termos de sua pele, de sua conversão em utilidades. “Criam-se aqui tantos porcos e tamanhos, — dizia pelos moradores o cronista, — que os esfolam para fazerem botas, e couros de cadeiras, o que acham os moradores destas capitanias mais proveitosos e melhor que de couro das vacas’ ⁽⁶⁹⁾. Há uma certa ambiguidade, não fica claro se o proveito se originava de custo maior ou menor, de considerações financeiras em suma, ou se de conveniências de trabalho, ou ainda se das propriedades de um couro em relação ao outro. É fato claro e positivo, no entanto, que aqui se preparou e se usou êsse couro e as regulações oficiais mostram que em matéria de calçado, sua fabricação não se limitou a botas ⁽⁷⁰⁾. Por outro lado, se os encômios se dirigiam à natureza, à qualidade do couro, não parecem assentar em base muito consistente, pelo menos por aferição de resultados. A boa acolhida, traduzida, no uso extensivo, é desmentida pela rareza de exemplares constantes em registros. Pode-se-ia argumentar com a perda de inventários. Mas assim mesmo a disparidade entre peças dêsse couro e, por exemplo, de cordovão, é enorme. É também verdade que coincidências são sempre possíveis. Coincidências de desaparecimento, como neste outro caso. Únicamente através de um dos poucos livros de contas escapes

(68) J. B. Debret, “Viagem Pitoresca e...”, cit., Vol. I, págs. 54 a 55.

(69) Gabriel Soares de Sousa, “Tratado...”, cit., pág. 109.

(70) “...umas botas... sendo de porco um cruzado...”, “...por umas sapatas de mulher, quer de porco .. cento e cincoenta reis...”, “...umas chinelas de homem cento e cinquenta reis, quer de porco...”, (“Rol das posturas dos sapateiros que pertecem a seu oficio”, in “Atas da Câmara da...”, cit., Vol. I, pág. 214).

a destruição, o de Martim Rodrigues Tenorio, é que se tem notícia de transações que não figuram habitualmente em outros lugares, e por onde se vê o inventariado pagando botas de vaca com peles de porco, etc. ⁽⁷¹⁾. Considere-se igualmente que nem tudo que existiu realmente foi ou iria obrigatoriamente desembocar em registros desta ou daquela natureza. Quem se guiasse por uma baixa incidência, pelo aparecimento salteado, de longe em longe, de um ou de outro elemento dessa natureza, para opinar em favor de descaso, desuso ou desinteresse, poderia se surpreender com uma encomenda de vulto para o tempo, quando inesperadamente surgiam nada menos de 100 peças mandadas curtir de uma só vez ⁽⁷²⁾. De qualquer modo, um avanço que leve ao século 18 tornará patente uma coisa. Nas disposições da Câmara, enquanto o couro de veado é mencionado, nenhuma referência se faz ao do porco, a fabrico de calçado com ele, a menos que se subentenda isso no rótulo "couro da terra" ⁽⁷³⁾.

MARCAS DE GADO

Não apenas pelo lado quantitativo, mas também pela variedade de aplicações que iria ter, a pele de bovino assumiu em São Paulo posição sobremaneira destacada. Remetendo para outro lugar o tópico das aplicações, impõe-se a nosso ver, já por uma questão de precedência, a abordagem de um aspecto que não sendo intrínseco à preparação do couro, não deixou de repercutir no material, e é o que se relaciona com as marcas de gado.

Disputas que haja em torno a pontos de território nacional que primeiro tenham visto o gado, não chegarão a afetar uma certeza, a de que a primeira marca de gado de que se tenha notícia no Brasil ocorreu em São Paulo, em 1576. Nesse ano, entre os dias 27 de maio e 20 de junho, registraram na Câmara da vila suas marcas de ferro, no primeiro dia Brás Cubas e Afonso Sardinha, e em dias seguintes outros

(71) "...tenho dado 2 patacas em peles de porco em paga de umas botas de vaca mais três peles duas de porco e uma de onça" ("Inventários e...", cit. Vol. II, pág. 57).

(72) "Dei a curtir a Salvador Tavares cem peles de porco e uma de veado do qual há ele de levar a metade dos trabalhos do curtime e outra metade me pertence..." ("Lembrança que faz Amaro Alvares Tenório do que deve, 1645", Inventários e...", cit., Vol. XXXIII, pág. 39).

sete moradores ⁽⁷³⁾. Daí até o fim do século, no que existe de Atas e Registro da Câmara apontam-se ainda uns sessenta casos mais, evidentemente apenas uma fração da realidade. Não é porem a expressão numérica que importa no caso e sim a prática iniciada e continuada, como se patenteia pelo outro século a fóra ⁽⁷⁵⁾.

Meio fácil de caracterizar a propriedade, a Câmara, alerta, velara para que um ou outro recalcitrante não se recusasse a seu emprêgo, já que para fixação de responsabilidades no uso de pastos públicos, na invasão de plantas, com consequentes danos e prejuízos, a medida se afigurava como das mais adequadas, razão por que mais de uma vez lançara advertências com esta: "quem tiver gado o ferrará e assinará e o ferro e sinal trará a registrar na câmara com pena de duzentos reis para o conselho e acusador" ⁽⁷⁶⁾. Definidora por excelência, é compreensível que, trazida ou não por diferentes levas de imigrantes e implantada em mais de um fóco de moradores, tal prática se estendesse ao país todo, como depois se poderá comprovar. No Ceará, por exemplo, "o uso de ferrar gado é antigo. Pelas cartas régias de 5 e 6 de Setembro de 1697, em as quais são declarados propriedades da Fazenda Real todos os gados bravios sem divisa e marca, esparsos pela Capitania, vê-se que aquêle costume data pelo menos de século XVII" ⁽⁷⁷⁾. No sertão da Bahia aconteceria mais ou menos a mesma coisa, a ferra remontando a êsse século e o registro em câmara ao seguinte ⁽⁷⁸⁾.

(73) "Regimento do ofício de sapateiros, 1780, in "Atas da Câmara Municipal..." cit., Vol. XVII, pág. 236.

(74) "E na câmara atrás registrou Antonio Cubas uma marca do gado vacum de Braz Cubas seu irmão, a qual é um C ferro da margem atrás que é um B e a rês tem a orelha fendida // e na dita câmara registrou Afonso Sardinha uma marca do seu gado vacum que é a orelha direita espontada e depois de espontada é fendida e a resguarda da orelha sômente, e eu Frutuoso da Costa tabelião que o escrevi" ("Atas da Câmara da...", cit., Vol. I, pág. 99); "... 4/6/1576 registrou Joane Anes... Catarina Gonçalves... Francisco Pires... Gaspar Rodrigues... Antonio Preto... 15/6/1576... Baltazar Gonçalves... 20/6/1576 Lourenço Vaz..." ("Atas da Câmara da...", cit., Vol. I, págs. 99 a 100).

(75) "...1601... Diogo e João Fernandes...", (Registro Geral da Câmara de São Paulo. Publicação do Arquivo Municipal de S. Paulo, Vol. I, pág. 110); "... 16008 ... Antonio de Oliveira... Manoel Dias..." (Registro Geral da Câmara..., Vol. I, pág. 151); "... 1621... Francisco Jorge..." (Registro Geral da Câmara..., Vol. I, pág. 349); "... 1651... João Leite..." (Registro Geral da Câmara..., Vol. II, pág. 252); "... 1651... Belchior de Borba... João de Godoi..." ("Atas da Câmara da...", cit., Vol. V, pág. 481); etc.

(76) "Assento e revisão de posturas, em 14 de Abril de 1590", in "Atas da Câmara...", cit., Vol. I, pág. 395.

(77) Ildefonso Albano, "A pecuária no Ceará", cit., pág. 26.

(78) Lycurgo Santos Filho, "Uma comunidade rural do Brasil antigo", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1956, pág. 218.

A difusão da prática com a multiplicação de núcleos, com o esparrame de proprietários, traria, com o andar do tempo, inúmeros problemas, desde os enfrentados e resolvidos diretamente pelos interessados aos que, desbordando de limites regionais, reclamariam racionalização, disciplina de conjunto, codificação geral até. Para se ter idéia da complicação que uma coisa originalmente simples foi criando, é instrutiva uma vista no que se passava no século passado numa região pastoril tal como o Rio Grande do Sul: "cada estancieiro tem sua marca. de onde pôde concluir que o número delas é considerável; êsses hieroglifos compõem uma verdadeira escrituração chinesa, pois que cada caráter é uma frase que significa que o animal ou o couro que aparece com ela pertence a fulano de tal, dono da estância de tal nome e morador em tal parte. Apesar da complicação de tão ardua esteganografia, acham-se, no Sul, homens de tão atilada reminiscência, que basta-lhes examinar qualquer marca para logo dizerem de que estância saiu o animal que a atrás, e por consequência, a que dono pertence" (79).

Se por um lado a marca, com seus dois tipos de sinais, um feito de côrtes, incisões e perfurações em orelhas, e outro, de letras e signos arbitrários estampados a fogo no corpo do animal, foi responsável por essa escrita abstrusa, a esteganografia de Dreys, em compensação na aparente balburdia criada por ela sempre foi possível se encontrarem certos princípios de ordem. Tomando-se para exemplo duas províncias contíguas, Ceará e Piauí, tanto numa como noutra, no século passado se costumava marcar o animal com indicações de proprietário, de lugar e de idade. Dêsse modo, tanto numa como noutra província, uma marca de ferro aplicada na anca direita do animal correspondia ao dono, enquanto outra marca diferente na anca esquerda tinha relação com o município onde se situava a propriedade, marca essa chamada no Ceará "carimbo da freguesia". O gado miúdo, até alguns meses, não era marcado a ferro, recebia apenas sinais de orelha, na direita para indicar propriedade e na esquerda, idade, razão pela qual era corrente dizer-se da orelha direita que era a orelha do sinal e a esquerda, da diferença. De acôrdo com essas normas armava-se todo

(79) Nicolau Dreys, "Notícia descritiva da Província...", cit., págs. 133 a 134.

um quadro de convenções, algumas confinadas a uma fazenda, outras de alçada mais ampla, como os “carimbos de freguêsia”, no tempo já regulados por lei. Assim, em 1873, não sendo elevado o número de unidades administrativas piauienses, a cada freguesia fôra atribuída uma letra do alfabeto para distingui-la das demais. Para o Ceará, no entanto, mais subdividido, o simples abecedário não bastava. Não haveria porém dificuldades, pois, a seu modo, o uso tradicional já se incumbira da solução. Ante uma situação de fato, satisfatória, a legislação nada mais fez que sancionar as disposições vigentes. Não deixa de ser curioso um exame nos critérios que presidiam a adoção dêsse “carimbos”, ficando assim sintetizados:

- a) — letras iniciais ou finais do nome antigo ou atual do lugar. ,
Araripe tinha se denominado antes *Brejo Seco*; um *S* colado a um *B* passava a se constituir seu “carimbo de freguesia”. Icó, por sua vez, era representado por um *O*;
- b) — Iniciais de particulas do nome do lugar.
Cachoeira se decompunha em *Ca* e *choeira* e os *CC* sobrepostos ficavam sendo sua marca;
- c) — Iniciais de categoria administrativa.
Crato sendo *Cidade* e *Comarca* do *Crato* no *Cariri* tinha como signo quatro letras *C* articuladas em desenho a modo de flôr;
- d) — Signos de escolha mais ou menos arbitrária.
Um *S*, por sua parecença com serpente, servia para designar *Cascavel*, enquanto localidade que tinha nome de apóstolo, *São Mateus*, um dos onze considerados como tais, recebia um 11 como sua identificação;
- e) — Iniciais de padroeiro da freguezia.
CL para *Limoeiro* significando *Conceição do Limoeiro*; *F* para *Canindé*, resumindo *São Francisco das Chagas do Canindé* ⁽⁸⁰⁾.

Depois dêsses exemplos de problemas e soluções, poderá ser proveitoso o retôrno à São Paulo quinhentista. O interessado em gado ia então à Câmara e aí manifestava o “ferro”, sua “marca”, sua “marca de ferro”, a “marca de

ferrar seu gado”, assinando a declaração em livro oficial. Francisco Pires, p. ex., adotou como marca uma inicial de seu nome, o *F*; Brás Cubas, as duas iniciais, *C* e *B*. Na adoção de símbolos mais ou menos arbitrários figuravam Joane Anes, com uma cruz, e Gaspar Rodrigues, com um *M*. Estava se nos limites de uma simples vila, no início de uma prática e já nesse grupo pioneiro, de 1576, repon-tavam germes de dificuldades futuras. Em lugar de um *BG*, Baltazar Gonçalves ainda pudera ficar com um *B*, quando já havia essa letra na marca de Brás Cubas; mas como se arranjariam Brás Gonçalves, Bento Gonçalves, Bartolomeu Gonçalves se também houvesse outros Bentos e Bartolomeus com nomes Costa e Cubas, etc. ao mesmo tempo? Assim pois, a exemplo do que se daria com os “carimbos de fre-guesia”, com as divisões administrativas, mas no plano individual, de proprietários, foram igualmente surgindo as letras invertidas, os sinais convencionais, etc. No fim de contas, o mesmo mecanismo em ação.

Os sinais de orelha também datam daquele tempo. Mais tarde, pelo Brasil afora, o gado só seria ferrado após seis ou mais meses de vida. Antes disso, a única marca era a de côrtes, etc., nas orelhas, tornando-se muito usual a diferen-ciação entre uma e outra delas, como expressão de idade e propriedade. Em São Paulo a necessidade ainda não obri-gara a reclamar convenções desse tipo. Os sinais de orelha eram um complemento da marca de ferro, sendo usados indistintamente, ora na orelha direita, ora na esquerda, quando não em ambas. Eram eles, no entanto, já nume-rosos e variados, havendo certo interesse em nomeá-los. Discriminavam-se, dizendo-se ser a orelha “espontada”, “far-pada”, “fendida em cruz”, “furada”, “forquilhada”, “forca-da”; dizendo-se receber ela um “golpe” de diante para atrás, ter um sinal “levado”, ter um “ramal” tirado da ponta de trás; dizendo-se recortada em “forcado” ou em “forquilha”, em ter uma “mossa”, duas “mossas” uma “namipaia”, etc. ⁽⁸¹⁾. A partir desses elementos, busque-se relação com outros da mesma natureza, em algumas zonas representativas da pecuária nacional. Ter-se-á então que no Rio Grande do Sul,

(80) Ildefonso Albano, “Pecuária no Ceará”, cit., págs. 26 a 28.

(81) “Atas da Câmara da ...”, cit., Vol. I, págs. 99 e 100; “Registro Geral da Câmara...”, Vol. I, págs. 17, 20, 24, 25, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 110, 113, 119, 120.

“os sinais mais usados são: desponte, forquilha, buraco, môsca, brincos, pontas de lança, ponta de baioneta, etc. São feitos ora na orelha esquerda, ora na direita” (82). Na Bahia, cada criador tem “o seu tipo de corte e a que chamam *“buraco de bala, canzil, forquilha, bico de candi-eiro, morsa e outros”* (83). No Piauí, *mossa, canzil, inteira, coice de porta, forquilha levada, troncho* (84). No Ceará, *ponta de lança, buraco de bala, brinco, canzil, mossa, lavado, forquilha, garfo, coice de porta, folha de figueira* (85). Tendo-se presente que uma *farpa* é também uma *ponta metálica*; que um *forcado* é um grande *garfo* de duas ou três pontas; que um orifício chamado *furo* é também um *buraco*; que um *troncho* é um membro cortado; que *namipaia* é em tupi o mesmo que *brinco* (86), os diferentes elementos se acomodarão no quadro seguinte:

São Paulo	R.G. do Sul	Bahia	Ceará	Piauí
farpada	ponta de lança		ponta de lança	
	ponta de baioneta			
forcado			garfo	
forquilha	forquilha	forquilha	forquilha	forquilha
furada	buraco	buraco de bala	buraco de bala	
levada			lavado	levada
mossa	mosca	morsa	mossa	mossa
manipaia (brinco)	brinco		brinco	
espontada	desponte			
cortada		canzil	canzil	troncho canzil
			coice de porta	coice de porta

(82) Dante de Laytano, “A estância gaúcha”, Min. da Agricultura, Rio de Janeiro, 1952, pág. 42.

(83) José Norberto Macedo, “Fazendas de gado no vale do São Francisco”, Min. da Agricultura, Rio de Janeiro, 1952, pág. 36.

(84) Francisco de Assis Iglésias, “Caatingas e chapadões”, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1958, Vol. I, pág. 203.

(85) Ildefonso Albano, “A Pecuária no Ceará”, cit., pág. 29.

(86) A. d'E. Taunay, “São Paulo nos primeiros anos (1554-1601). Ensaio de reconstituição social”, Arrault et Cie., Tours, 1920, pg. 165.

Considerando-se os trezentos e mais anos que mediarão entre os termos adotados em São Paulo e os de outras procedências, na ocasião em que foram coletados, não deixam de ser expressivas as indicações que, apesar das variantes, apontam para uma origem comum, obviamente localizável fóra do país. Mas para sua transmissão e difusão teria havido um só conduto inicial ou vários?

APLICAÇÕES DO COURO

1 - *Calçados*

Como atrás foi referido, num intervalo de apenas quatro anos, 1583 e 1587, por duas vezes a Câmara de São Paulo baixava posturas sobre a atividade de sapateiros. Examinando-se as disposições ali contidas, pôde-se entrever nelas como que uma definição de função, isto é, o calçado destinado ao uso doméstico e urbano de um lado e, de outro, o mais apropriado ao meio rural e às incursões aos meios inóspitos. Num outro plano, a divisão por sexo. Sob aquêlê ângulo, a sapatos e chinelos se contrapunham botas; pelo último, sapatos e chinelos de homem em face das mesmas categorias, de mulher, a que se ajuntavam chapins e botins.

As *botas*, calçado de cano longo, como se sabe, chegando algumas aos joelhos, confeccionavam-se nos couros de veado, de porco e de vaca, todos da terra, entrando o sapateiro com a mão de obra e o material. Pelas regulações de 1587 abria-se a alternativa de o artesão proceder assim, tendo seu preço para o produto acabado, ou então, só executar o serviço, cobrando o “feitio” da obra. Por êsse tempo quem quizesse botas de cordovão, fornecesse o material, importado, caso em que o oficial só se incumbia do trabalho, cobrando o “feitio de umas botas do reino”. *Sapatos*, os de homens se diferenciavam em singelos, isto é, de uma só sola, e os de duas, chamados brochados, pelo reforço de tachas ou brochas. Os de mulher não se distinguiram tanto por número de solas e sim pelo cano: dois tipos já se viam, um com “um palmo do talão para cima”, entrando na categoria de botim ou botina, e outro “aberto até meia perna”, o que no tempo caracterizava os borzeaguins, ou botas atacadas, botas curtas, abertas e que se fechavam por cordões, outro nome de atas. Previam-se para os sapatos de

homem, qualquer couro menos cordovão; para os de mulher, expressamente declarados, de porco e de veado. *Chinelos*, tanto eram de cortiça como de sola, sendo os de homem de qualquer couro e quando com cortiça na base tinham o dobro do preço; para os de mulher se estabelecia padronização, com as medidas fixadas em três e seis pontos. Os *chapins*, cujo aparecimento em São Paulo já é assinalado nessas posturas, são ainda matéria de controvérsia. Há os que os definam como calçado, feminino, de quatro a cinco cortiças fazendo vez de sola, com o fim de elevar a altura da mulher. Originários da Pérsia ou da Turquia, meter-se nêles seria signo de distinção, por isso privativos de damas de qualidade; comportando um solado espesso e rígido, a troca de passos seria quasi prestidigitação, só possível à usuária quando arrimada⁽⁸⁷⁾. Em círculos do velho mundo, em épocas de muito acentuada estratificação, ainda seria admissível, ainda caberia marcar-se o distanciamento por formas abstrusas de locomoção. No Brasil, porém, e num aglomerado de vida rude como a São Paulo dos primeiros tempos, seria difícil a conciliação de necessidades imperiosas com tais requintes. Um caso isolado seria um capricho compreensível, mas um número relativamente grande dêles denota coisas mais práticas. Vendo-se de perto, há sempre uma associação entre chapins e sapatos ou sapatas, ou entre chapins e botinas. O caráter de conjugado e não de mera justaposição se torna mais evidente com incidências como tais: “uns chapins com suas botinas”, “uns chapins de Valença com suas botinas”, ou “uns chapins de Valença com suas sapatas”⁽⁸⁸⁾. Outra maneira de se afirmar a coesão consiste em as duas peças serem precedidas por uma designação mais ampla que as abarca, p. ex. “um calçado de mulher chapins de Valença e sapatos vermelhos”, “um calçado chapins e sapatos”, “outro calçado chapins e botinas”⁽⁸⁹⁾. Outras variantes se encontram, inclusive a forma sêca, em que tudo se contrai e se aloja na simples palavra *chapins*. Pelo que se infere, os chapins em si eram um tipo de calçado protetor de outro calçado, de certa delicadesa êste, de fatura mais cuidada, denotando mesmo em certos casos, se bem que não obrigatoriamente, sinais de

(87) Herbert Norris, “Costume & Fashion”, Dent, London, 1938, Vol. II, pág. 458.

(88) “Inventários e...”, cit., Vol. IV, pág. 314, Vol. XV, pág. 83.

(89) “Inventários e...”, cit., Vol. III, págs. 369, 437 e 314.

ostentação ⁽⁹⁰⁾. Tendo por origem o equivalente ao *chanclo* da Espanha, situado entre chinelo e tamanco, teria o *chapim* se firmado numa armação de couro montada em cortiça, revestida ou não. Prestando-se dêsse modo à proteção da botina ou sapato e seu resguardo de água, lama ou umidade, seria nada menos que um precursor das modernas galochas.

2 - Assentos

Contrastando com os simples assentos desprovidos de encostos, as ditas *cadeiras rasas*, verifica-se nos inventários predominância das então chamadas *cadeiras de estado*, com apoio de costas, encontráveis também como *cadeiras de espalda* ou *cadeiras de espaldas de estado* ⁽⁹¹⁾. Relacionam-se com estas as ocorrências mais frequentes em couros de cadeira. Em linguagem de antiquários, peças dêsse tipo e dessa época ficaram conhecidas como cadeiras de sola, não sendo raras em coleções públicas ou particulares. O Museu Paulista, p. ex., conta com alguns exemplares, remontando um ou outro ao século 17. São peças robustas e sua armação embora rústica é talhada em madeira de lei, no caso, jacarandá; o couro, do assento e do espaldar, lavrado, é aí fixado por pregadura de latão. Estudando-as, Wasth Rodrigues apontou seus antecedentes na península ibérica, embora no caso concreto dessas peças não chegasse a fixar a procedência dêsses couros ⁽⁹²⁾.

Cadeiras em geral é certo que desde o primeiro século eram fabricadas em São Paulo. Nêsse sentido se póde até captar um início de movimento, quando precisamente a *cadeira de estado* entrava em voga ⁽⁹³⁾. A fabricação incluía elementos metálicos até ⁽⁹⁴⁾. No que respeita ao

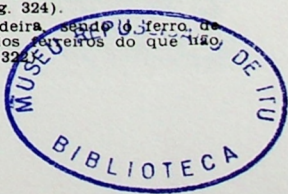
(90) "Uns chapins com suas barras de prata, pequenos...", ("Inventários e...", cit., Vol. XXXIV, pág. 54); "... uns chapins franjados de prata forrados de veludo preto..." ("Inventários e...", cit., Vol. XXVII, pág. 150).

(91) "Inventários e...", cit., Vol. V, pág. 168. Vol. VI, pág. 74. Vol. XI, pág. 445, etc.

(92) J. Wasth Rodrigues, "Mobiliário", In "As Artes Plásticas no Brasil", Rio de Janeiro, 1952, Vol. I, págs. 186 a 188.

(93) "... as cadeiras de estado que agora se costumam, duzentos e cincoenta réis, as rasas seis vinténs..." ("Título do regimento dos carpinteiros, 1587", "Atas da Câmara da...", cit., Vol. I, pág. 324).

(94) "... de um perno para mesa ou para cadeira, sendo o ferro, de quem manda fazer, de feitiço cinco réis..." ("Taxa dos ferreiros do que há de levar", "Atas da Câmara da...", cit., Vol. I, pág. 324).



couro, a parte mais vistosa e não raro mais elaborada desses móveis, podem-se mesmo apontar etapas em sua preparação. Januário Ribeiro, p. ex. ,dava conta de ter mandado "curtir couros para 8 cadeiras"; junto à notícia, mencionava ter recebido "pregaduras para quatro cadeiras". Exemplos desses, de pregos, de tachas para prender os couros, não faltam. Em geral, o couro liso, simplesmente curtido, sem um risco, sem um adorno sequer, não bastava. Laivos de estética se insinuavam através da lavragem. Couros lavrados e destinados a cadeiras são mencionados em mais de um lugar. Não estaria com isso, é certo, provada sua elaboração na terra; nessa condição, feitos e acabados, poderiam ter vindo de além-mar. Há porém indícios de que também essa fase se cumprisse aqui. Assim é que quando se aludia a couros "por lavar", estava entendido que esse trabalho iria ser feito antes de o couro ser aplicado à cadeira. O mesmo quando se falava de couros "por pintar", um pintar que nada tinha com representação por meio de tinta, e antes se assemelhava ao trabalho do encadernador no aplicar ouro a ferro quente ⁽⁹⁵⁾.

A partir de meados do segundo século vão surgindo nos inventários os *tamboretetes*, ao mesmo tempo em que praticamente desaparecem as cadeiras rasas. Esse fato e o confronto que se faça entre ambas as peças em datas próximas, confronto pelo lado valor, dão lugar a que se indague se não se trataria do mesmo utensílio, antes conhecido como cadeira rasa e depois como tamborete. Mas ainda que não, certo é que em ambos os móveis, a falta da apoio para costa e braços, impunha desconforto inexistente nas cadeiras de estado. Que também foram aqui

(95) Integração da cadeira: "... quatro armações de cadeiras de estado com seus couros que estão ainda por pregar..." ("Inventários e...", cit., Vol. XII, pág. 400); "... uma armação de quatro cadeiras de espaldas que é a madeira somente..." ("Inventários e...", cit., Vol. II, pág. 384); "... couros para uma cadeira assento e encosto..." ("Inventários e...", cit., Vol. I, pág. 382, etc.).

O couro: "... declaro que a esta conta mandei curtir couros para oito cadeiras..." ("Inventários e...", cit., Vol. XII, pág. 137); "... couros lavrados para doze cadeiras..." ("Inventários e...", cit., Vol. XXXII, pág. 19); "... couros para uma cadeira por lavar..." ("Inventários e...", cit., Vol. XII, pág. 29); "... cinco couros de cadeiras por pintar..." ("Inventários e...", cit., Vol. III, pág. 291).

Instrumentos: "... ferro de picar cadeiras..." ("Inventários e...", cit., Vol. VI, pág. 66); "... vinte e dois ferros de pintar cadeiras..." ("Inventários e...", cit., Vol. IX, pág. 96).

Pregadura: "Inventários e...", cit., Vol. XII, págs. 138 e 140, Vol. XV, pág. 201.

fabricados muitos deles não ha dúvida, pois há exemplos de “armações de tamboretos por encourar”, assim como de “couros pintados para tamboretos” (96).

3 - *Recipientes*

Em São Paulo, além de arcas de grande porte e solidez, providas de divisões internas até, de escaninhos, algumas com dez palmos de comprimento, e que se mostram abundantes nos inventários antigos sob o nome de caixas, inteiramente de madeira, a não ser, é claro, a ferragem de engonços, alças e fêchos; além de cofres de ferro, fez-se uso dos chamados *baús*, para roupa, papeis e miudezas.

Externamente, já a arca se destacava pelo desnudo da madeira, por se mostrar esta em sua feição natural. Esse caráter, aliado ao do porte, teria levado à procura de uma madeira que sendo resistente apresentasse certa leveza, o que talvez explique a maioria delas serem de cedro. Igualmente de madeira, mas usada sob outro espirito, apenas como arca-bouço a ser revestido, interna e externamente, diferenciavam-se os baús das arcas também e notadamente pelo tamanho. Dimensões reduzidas resultando em peso e volumes razoáveis, ao lado da cobertura, de couro, garantia de proteção, conferiam-lhe mobilidade desconhecida nas arcas. Prestavam-se desse modo para o transporte, tanto da tralha pessoal, como de mercadorias cujas integridade e proteção, principalmente ante as intempéries, devesse ficar garantida (Fig. VIII). Amostras disso e que deixam entrever sua larga circulação pelo interior se encontram, p. ex., seja no arraial distante do sertanista, seja no povoado, com indicação de fim preciso (97). Sendo uma de suas características o porte reduzido, não se segue ficasse encerrado em camisa de força. Além das peças pequenas, usualmente de 2 a 3 palmos, a categoria apresentava as de 5 a 6 palmos, evidentemente tipos caseiros (98). Sua fabri-

(96) “Inventários e...”, cit., Vol. XVII, pág. 12, Vol. XXIII, pág. 428.

(97) Objeto circulante: “... declaro que aqui em minha companhia trago... um baú de bol...” (Testamento de Afonso Dias, no arraial da capitão Antonio Domingues, 1648. In “Inventários e...”, cit., Vol. XV, págs. 54 e 55); “... baú de caminhos...” (“Inventários e...”, cit., Vol. XXI, pág. 389; “... um baú de carga velho...” (“Inventários e...”, cit., Vol. XXV, pág. 247).

(98) Dimensões: pequenos (“Inventários e...”, cit., Vol. XVII, pág. 129 e Vol. XXII, pág. 376); grandes (“Inventários e...”, cit., Vol. XXII, pág. 376 e Vol. XXVI, pág. 285).

cação aqui é inconteste. Encontram-se aqueles que ainda se acham na estrutura de madeira, assim como os cobertos de couro cru e de couro curtido ⁽⁹⁹⁾.

Antes dos *baús* os documentos acusam a existência em São Paulo das chamadas *canastras*, de longa tradição na península ibérica, conquanto não originárias dali. De início, armações equivalentes a cestos, à base de caniço ou fasquia de madeira, a qualificação "encourada" aplicada ao objeto já de si indicaria não lhe ser inerente a cobertura de couro ⁽¹⁰⁰⁾ (Fig. IX e X). Sua ocorrência nos primeiros tempos sugere vinda da Europa com os colonos, embora se presuma sua fabricação também aqui. Apesar do caráter portátil e da leveza relativa, sua incidência é menor que a do baú, e a ele, ao que parece, terá cedido lugar em preferência; seu último registro conhecido data de 1646, depois de que são relativamente abundantes os baús ⁽¹⁰¹⁾. Como mais tarde haverá reaparecimento das canastras, ao que parece não teria havido simples refluxo delas ante o baú, mas sim abandono da modalidade cesto, em cujo caráter figuram algumas em inventários de sertão ⁽¹⁰²⁾. Seja como fôr, em São Paulo, posteriormente, ficaram conhecidas com esse nome, alcançando mesmo grande voga, caixas de carga retangulares, aparentadas com o baú pela estrutura de madeira e pela carapaça coriácea, dele porém diferindo pela tampa rasa e por aplicação sistemática em transporte. Do século 18 para meados do 19 principalmente, no período aureo do muar, tiveram largo uso ⁽¹⁰³⁾, sendo nelas frequentes as aselhas para engaste nas cangalhas (Fig. XI).

(99) Estrutura e fabricação: "Um baú de pau encourado..." ("Inventários e...", cit., Vol. XX, pag. 449); "... um baú pequeno forrado em couro por fora e por dentro de ruão..." ("Inventários e...", cit., Vol. VII, pag. 51); "... um baú com sua fechadura coberto de couro curtido..." ("Inventários e...", cit., Vol. XVI, pag. 482); "... baú coberto de couro cru..." ("Inventários e...", cit., Vol. XXI, pag. 389).

(100) Canastras: "encouradas" ("Inventários e...", cit., Vol. II, pag. 306 e Vol. XXI, pag. 335); "acourada" ("Inventários e...", cit., Vol. XXXI, pag. 101); "coberta de couro" ("Inventários e...", cit., Vol. XXXIII, pag. 78).

(101) Sendo de 1627 o primeiro registro de baú, em 1609 e 1616, canastras eram arroladas como velhas ("Inventários e...", cit., Vol. III, pag. 209, e Vol. IV, pag. 317).

(102) "... cesto de couro..." ("Inventários e...", cit., Vol. XIV, pag. 363); "... cesto encourado..." ("Inventários e...", cit., Vol. XXVI, pag. 45).

(103) Acampamento de viajantes no sul do país, inclusive São Paulo, em começos do século passado: "Nesses desertos ele é obrigado a acampar atrás das canastras e dos arreios de seus animais...", (J. B. Debret, "Viagem Pitoresca e...", cit., Tomo I, pg. 198).

Na confecção do tipiti usava o indígena de um trançado frouxo, de folhas de palmeira, que na compressão da mandioca ralada permitia o escoamento de água. O inverso disso, impedir qualquer passagem de líquido, tinha em vista quando queria transportar sua farinha de guerra. Recorrendo igualmente a folhas, conseguia com elas um tal invólucro que nem chuva e nem rio que atravessasse afetava a carga alimentícia. Ao passo que o tipiti tinha sua forma própria e independente do conteúdo, no caso da farinha o conjugado de folhas funcionava como material de embrulho, como embalagem que ganhava volume na medida em que se amoldava ao material envolvido. Incorporado pelo colono a seus usos, ficou esse fardo conhecido em São Paulo como *sirio*, ignorando-se a procedência da designação, tendo sido usado por sertanistas nos mesmos moldes do indígena, isto é, com farinha de guerra, e mais tarde em atividades comerciais da vila, com farinha de trigo ⁽¹⁰⁴⁾.

Gabriel Soares assinalara semelhança de forma entre o fardo indígena e o couro em que os portugueses traziam arroz e especiaria das Índias ⁽¹⁰⁵⁾. Ademais de resistência e de outras qualidades, sendo o couro, em matéria de embalagem, recurso de que se podia lançar mão prontamente, em contraste com a coleta e a preparação das folhas necessárias para aquele mister, seria natural que em conjuntura favorável o colono o preferisse, o que acabou acontecendo com a relativa abundância de gado. Vai se assistir, por exemplo, nos prolongamentos de São Paulo, a que equivaliam as minas descobertas e exploradas por sua gente, ao ouro de quintagem capeado em couro. Num caso desse, certa quantidade do metal era encerrado num envoltório de pele denominada *borracha*; várias *borrachas* devidamente costuradas e lacradas com as armas reais eram metidas em cunhetes de madeira reforçados com aros de ferro ⁽¹⁰⁶⁾.

(104) "... e um sirio de farinha de dois alqueires a farinha e de guerra para levar ao sertão..." ("Inventários e ...", cit., Vol. VII, págs. 427 e 429).

(105) Gabriel Soares de Sousa, "Tratado...", cit., pág. 194.

(106) "... ouro dos quintos que eram oito arrobas, introduzido em cunhetes de madeira grossa, chapeados de ferro, na forma que se costuma ..." (Pedro T. de A. Paes Leme, "Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica", 2.^a edição, Vol. II, in RIHGSP, Vol. XXXII, 1939); "... furto que se cometeu no ouro dos quintos das Minas do Cuiabá tirando de quatorze *borrachas* do dito ouro e enchendo-as de munições de chumbo..." (Documentos Interessantes para História de São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, Vol. L, pág. 108). Cada caixão com oito *borrachas*, etc. ("Atas da Câmara Municipal de...", cit., Vol. XI, pág. 114).

É de se notar que no Brasil essa designação não ficou privativa do couro usado para êsse fim; no Nordeste principalmente o precursor da garrafa, o odre para água, teve o mesmo nome ⁽¹⁰⁷⁾. Voltando-se porém a êsse uso da pele em São Paulo, ao passo que na *borracha* não se estava em face de objeto de forma definida, o mesmo não se diria do *surrão*, igualmente grandes bolsas de couro, que podiam se fechar inteiramente, a exemplo das que Debret descreveu e retratou ⁽¹⁰⁸⁾ (Fig. XII) mas que, não obstante assumirem a feição de fardos, tinha forma própria, autônoma enquanto recipiente, numa modalidade do que veio a ser a *bruaca* que com sua aba dobrável em tampa e já concebida para pender em cada lado das cangalhas, iria, no transporte das mais variadas mercadorias, conhecer enorme difusão em São Paulo, principalmente a partir do século 18.

(107. Henry Koster, "Viagem ao Nordeste...", cit., pgs. 119 e 144; Ildefonso Albano, "A Pecuária no...", cit., pág. 44.

(108) J. B. Debret, "Viagem Pitoresca e...", cit., págs. 260 a 261.

Obs. — Deixam no momento de ser tratados objetos tais como selas e arreios de montaria, talabartes, foles, bainhas, de faca, etc. Por outro lado, o couro como moeda deverá ser considerado em outro contexto.

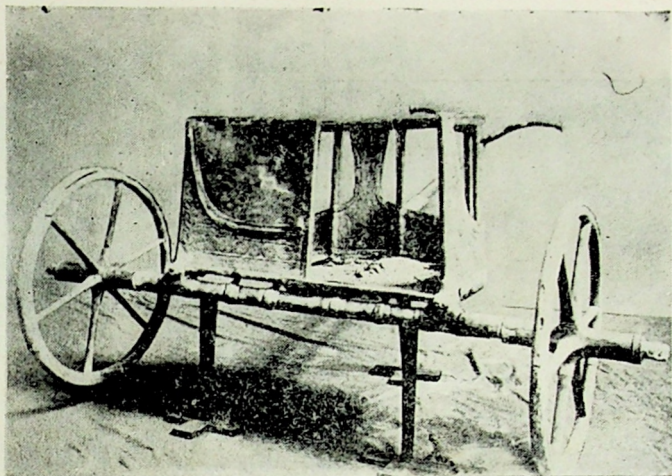


FIG. I

Couro trabalhado ha mais 3.000 anos, no Egito de Amenhotep III.

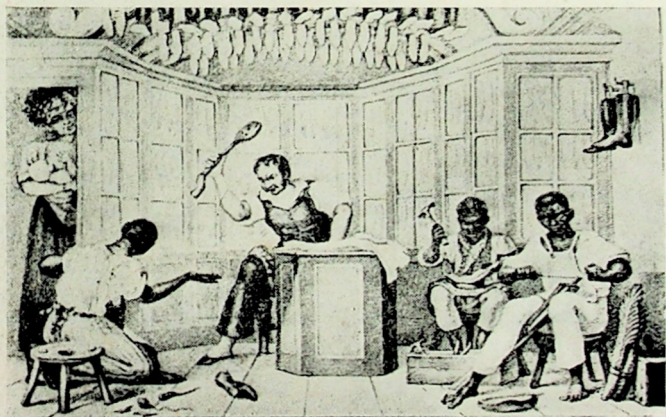


FIG. II

Sapataria no Rio de Janeiro, no tempo do Brasil-Reino (Debret)

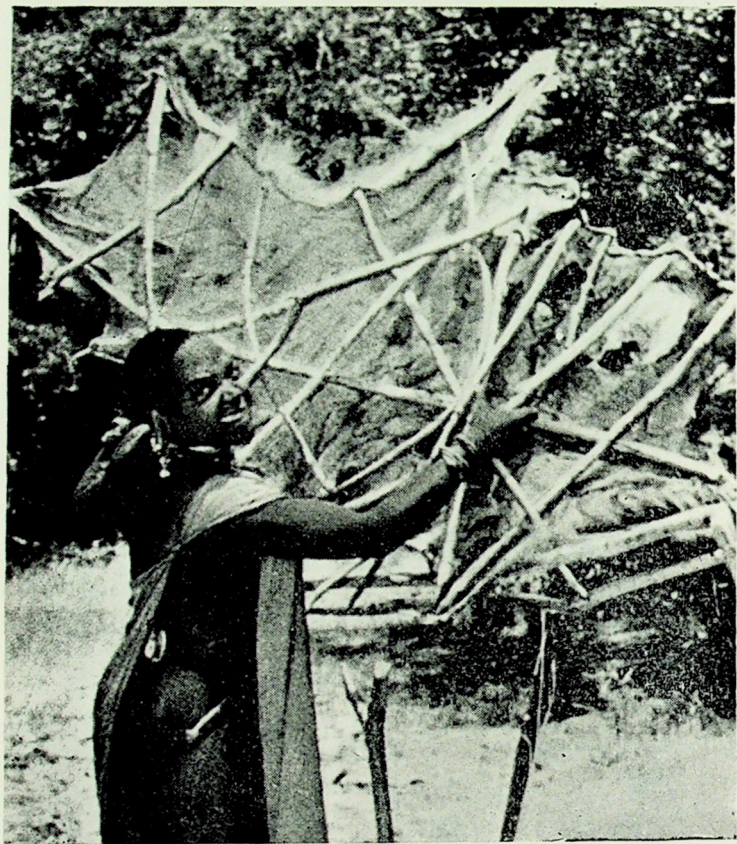


FIG. III

Secagem de pele ao sol



Barco de couro usado por índios na Argentina (Paucke)

FIG. IV

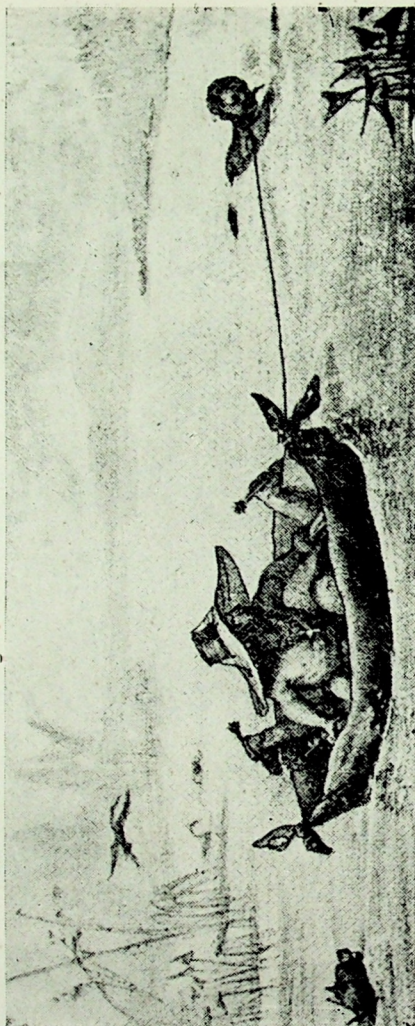


FIG. V

Pelota no Rio Grande do Sul (Debret)

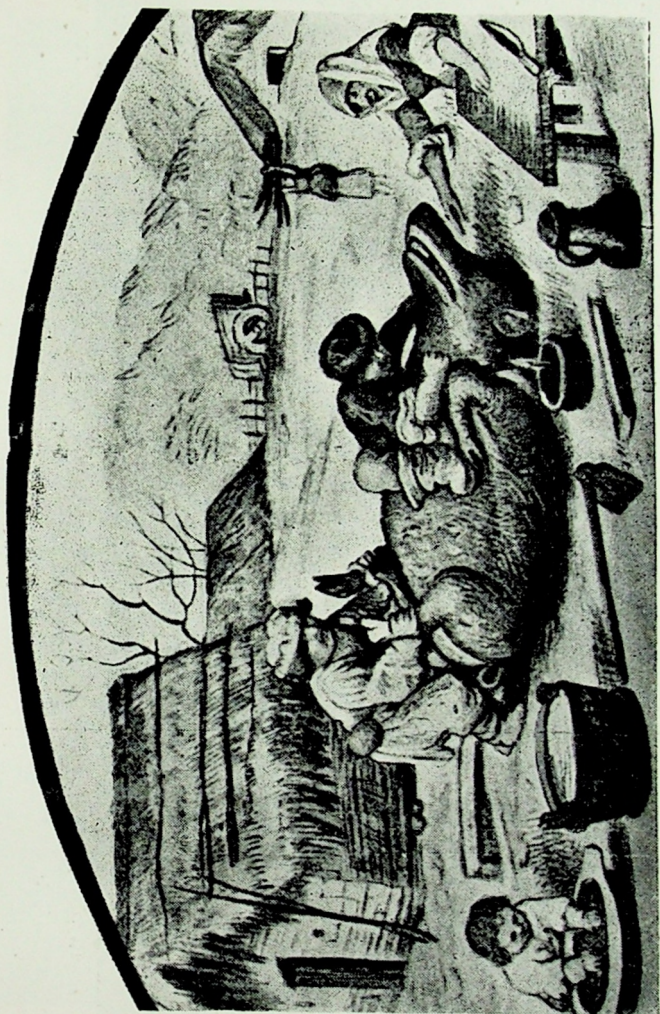


FIG. VI

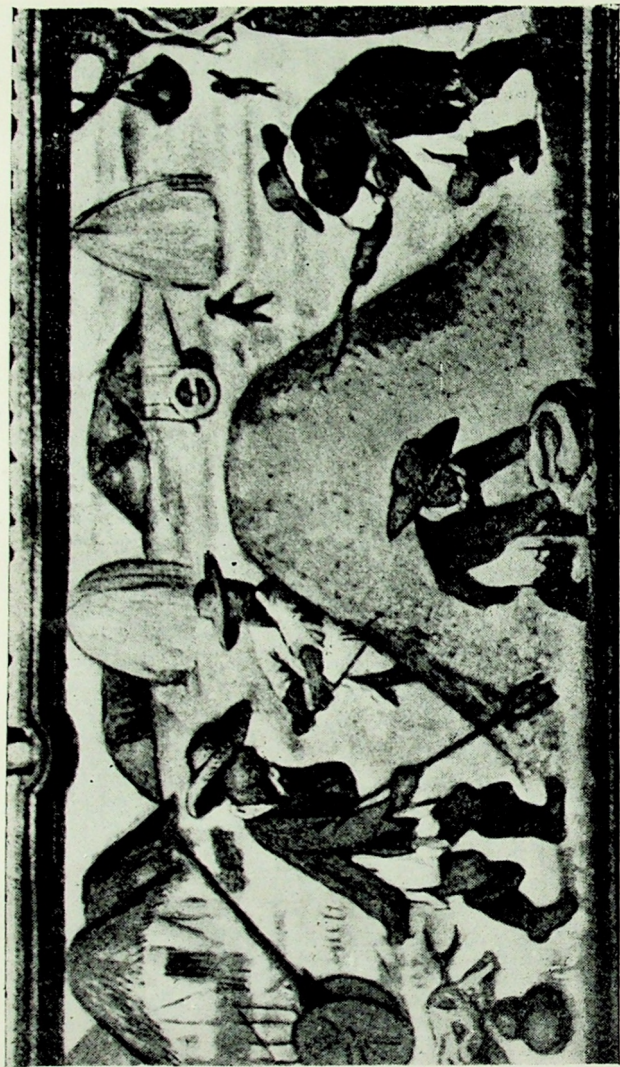


FIG. VII

Camponêses de botas, 1517 (Livro de Horas do rei D. Manoel I)

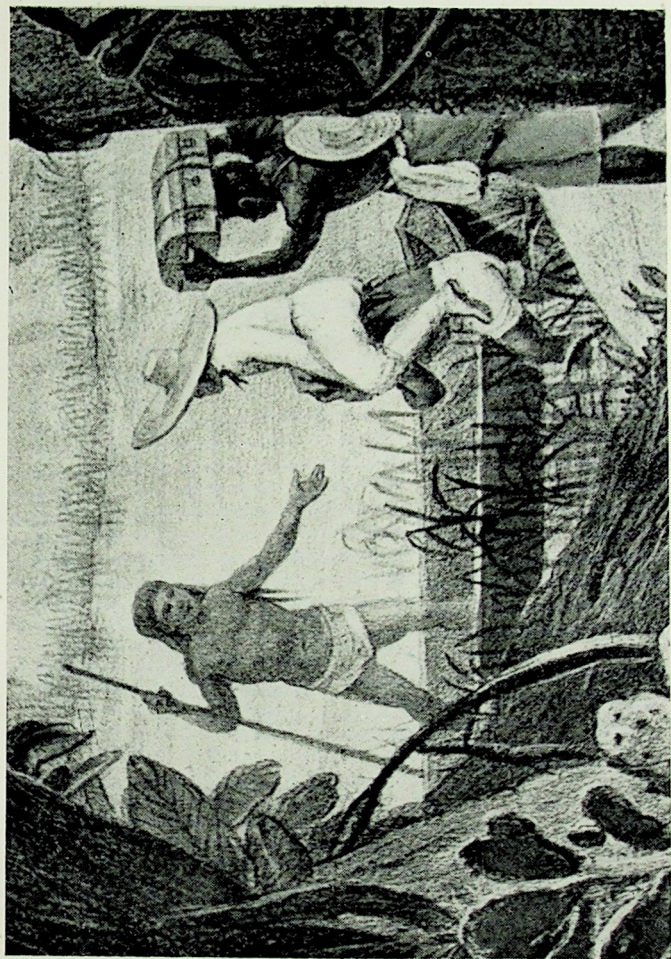


FIG VIII

Batú de caminhá (Debret)

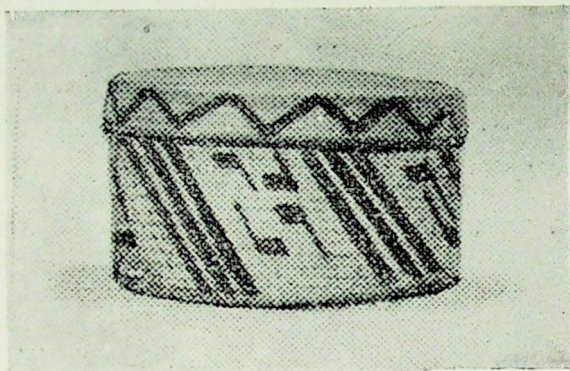


FIG. IX

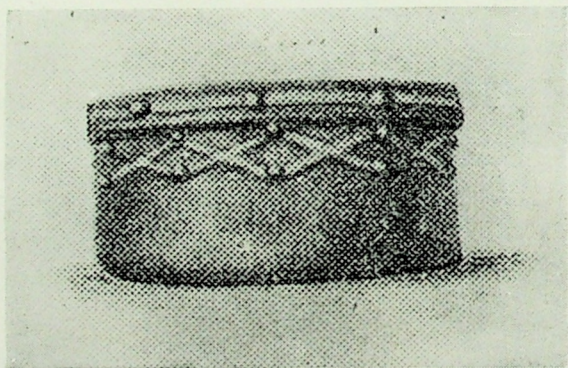


FIG. X

Cestos, comum e encourado (Debret

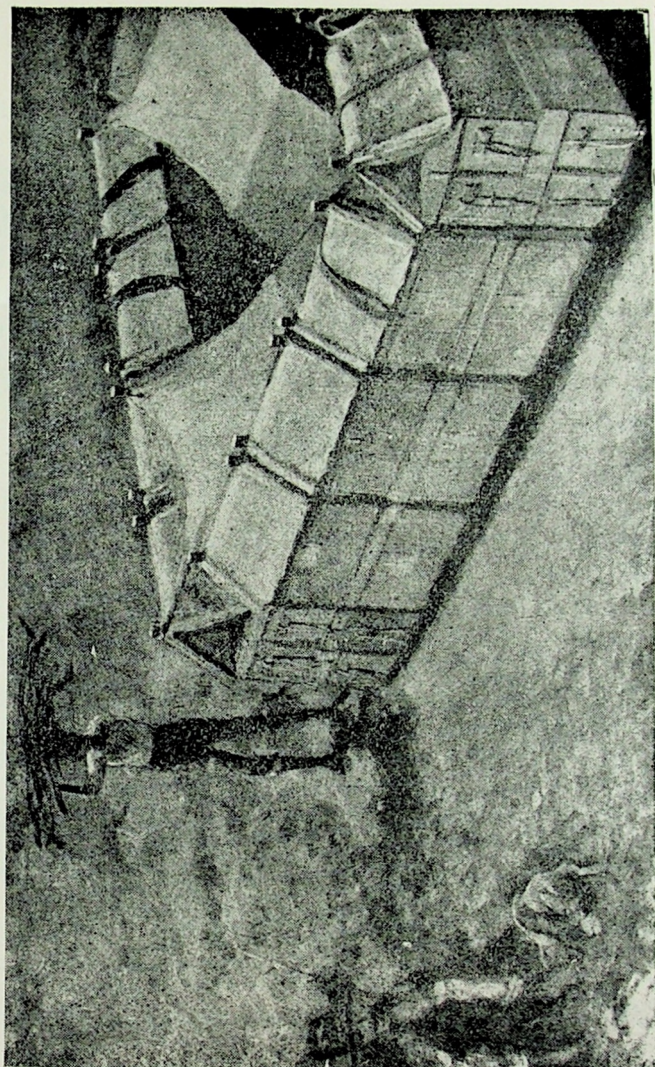


FIG. XI

“... é obrigado a acampar atrás das Canastras e dos arreios de seu animais...” (Debret)

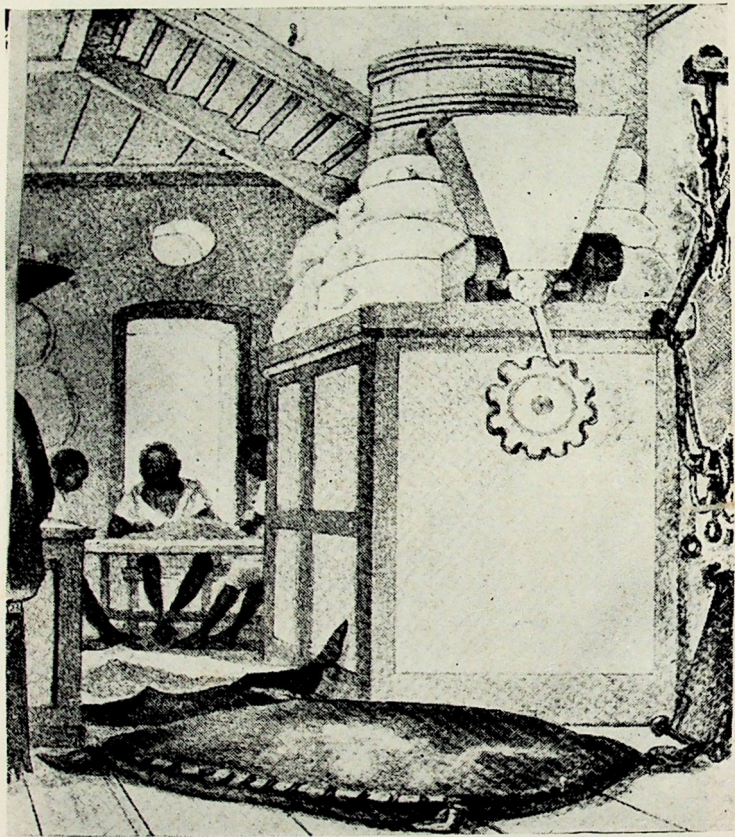


FIG. XII

Surrões com trigo, aberto e fechado, em padaria do Rio de Janeiro (Debret)

B I B L I O G R A F I A

- ALBANO, Ildefonso**, "A Pecuária no Ceará", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1918.
- "Almanaques da Cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 a 1794" ABN, Tomo LIX.
- ANCHIETA, Pe. José de**, "Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594)", Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1933.
- ANDRADE, Edmundo Navarro de**, "Contribuição para o Estudo da Flora Florestal Paulista", Cruzeiro do Sul, São Paulo, 1941.
- ANDRADE, E. Navarro de, e VECCHI, Octávio**, "Les Bois Indigènes de São Paulo", Tip. Alongi & Miglino, São Paulo, 1916.
- ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de**, "Jornaes das viagens pela Capitania de São Paulo", RIHGB, Vol. XLV.
- ANÔNIMO**, "Discurso preliminar, histórico, introdutivo com natureza de descrição econômica da Comarca e Cidade da Bahia, ABN, Tomo XXVII.
- Atas da Câmara da Vila de São Paulo**, Vols. 1, 5, 17.
- BEYER, Gustavo**, "Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de São Paulo, no verão de 1813", RIHGSP, Vol. XXII.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de**, "Dicionário de Vocábulo Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1889.
- BRANDÃO, Ambrosio Fernandes**, "Diálogos das Grandezas do Brasil", Ed. Dois Mundos, Rio de Janeiro, 1943.
- CARDIM, Pe Fernão**, "Tratados da Terra e Gente do Brasil", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- CLETO, Marcelino Pereira**, "Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la, escrita por Marcelino Pereira Cleto, em 25 de Outubro de 1782", ABN, Vol. XXI.
- DEBRET, Jean Baptiste**, "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", Liv. Martins Editôra, São Paulo, 1949.
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, Vol. 50.
- DREYS, Nicolau**, "Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul", reedição, Rentzsch & Cia., Porto Alegre, 1927.

FONSECA, Manoel da, "Vida do padre Belchior de Pontes", Cia. Melhoramentos, São Paulo, s. d.

FROES, Abreu, S., "Contribuições para o estudo das matérias tanantes do Estado da Bahia", Serviço de Informações do Ministério da Agricultura", Rio de Janeiro, 1927.

FROES ABREU, S., "Informações sobre a indústria do couro na Bahia", Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1928.

HARNISCH, W. H., "O Rio Grande do Sul", Ed. Globo, Pôrto Alegre, 1941.

HOEHNE, F. C., "A Flora do Brasil", in "Recenseamento do Brasil, 1920", Rio de Janeiro, 1922, Vol I.

IGLÉSIAS, Francisco de Assis, "Caatingas e Chapadões", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1958, 2 vols.

Inventários e Testamentos, Vols. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 25, 26, 27, 31, 32, 33.

ISABELLE, Arsène, "Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul", Liv. Editôra Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1949.

KOSTER, Henry, "Viagens ao Nordeste do Brasil", Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1942.

LAYTANO, Dante de, "A estância gaucha", Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1952.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais, "Nobiliarchia Paulistana, Histórica e Genealógica", 2ª edição, Vol. II, em RIHGSP, Vol. XXXIX, 1941.

LERY, Jean de, "Viagem à Terra do Brasil", Liv. Martins Editôra, São Paulo, 1941.

LUCCOCK, John, "Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil", Liv. Martins Editôra, São Paulo, 1942.

LUEDERWALDT, H., "Os manguesaes de Santos", RMP, Tomo XI.

MACEDO, José Norberto, "Fazendas de gado no vale do São Francisco", Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1952.

- MAWE, John**, "Viagens ao Interior do Brasil", Ed. Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1944.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied**, "Viagem ao Brasil", Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1940.
- MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e**, "Memória Econômico Política da Capitania de São Paulo", 1.^a parte, AMP, Tomo XV.
- NORRIS Herbert**, "Costume & Fashion", Dent, London, 1938, 3 Vols.
- NUNES, Antonio Duarte**, "Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, ano de 1799", RIHGB, Tomo XXI.
- "O MARQUES", em Boletim da Agricultura do Estado de São Paulo, 4.^a série, n.º 10, Outubro de 1903.
- PAUCKE, Florian, S. J.**, "Hacia allá y para acá (una estada entre los índios mocobies, 1749-1767)", Tucuman, 1942.
- PEREIRA, Huascar**, "Apontamentos sobre as madeiras do Estado de São Paulo", Tip. Andrade & Melo, São Paulo, 1905 e 1914.
- PEREIRA Huascar**, "Pequena contribuição para um Dicionário das plantas úteis do Estado de São Paulo", Tip. Brasil Rothschild & Co., São Paulo, 1929.
- SAINT-HILAIRE, Augusto de**, "Viagem as províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais", Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1938, 2 vols.
- SAINT-HILAIRE, Augusto de**, "Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)", Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1939.
- SALVADOR, Frei Vicente do**, "História do Brasil", Cia. Melhoramentos, São Paulo, s. d.
- SEPP, Pe. Antonio, S. J.**, "Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos", Liv. Editôra Martins, São Paulo, 1943.
- SIXT, Ernesto**, "Plantas taníferas", in "O Fazendeiro", Outubro de 1911, São Paulo.
- SANTOS FILHO, Lycurgo**, "Uma comunidade rural do Brasil antigo", Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1956.

SOUSA, Gabriel Soares de, "Tratado Descritivo do Brasil em 1587", 3.^a edição, Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1938.

SOUSA, Alberto, "O Trajo Popular em Portugal nos séculos XVI e XVII", Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa, 1924.

SPIX, J. B. von, e MARTIUS, C. F. P. von, "Viagem pelo Brasil", Imprensa Nacional", Rio de Janeiro, 1938, 4 vols.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle, "São Paulo nos primeiros anos (1554-1601)", Tours, Arraut & Cie., 1920.

THEVET, André "Singularidades da França Antártica", Cia Editôra Nacional, São Paulo, 1944.

TUNIS, Edwin, "Frontier Living", World Publ. Press, Cleveland and New York, 1961.

"Regimento de Tomé de Sousa, (17 de Dezembro de 1548)", in História da Colonização Portuguesa, ed. comemorativa da Independência do Brasil, Pôrto, 1923.

Registro Geral da Câmara do Município de São Paulo, Vol. 1, 2.

"Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o Govêrno a Luiz de Vasconcelos e Sousa, que o sucedeu no Vice-Reinado, 1779", em John Armitage, "História do Brasil", Liv. Editôra Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1943.

RODRIGUES, J. Wasth, "Mobiliário", in "Artes Plásticas no Brasil", Rio de Janeiro, 1952, Vol. I.

WILKINSON, J. Gardner, "The Manners and Customs of Ancient Egyptians", Cassino and Cy., Boston, 1883.

C o n v e n ç õ e s

ABN Anais da Biblioteca Nacional

AMP Anais do Museu Paulista

RIHGB Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGSP Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

RMP Revista do Museu Paulista